

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	23
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	84

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	55.781
Preferenciais	111.563
Total	167.344
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo		Ordinária		0,12598
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo		Preferencial		0,13857

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	14.140.543	13.565.197
1.01	Ativo Circulante	3.833.543	3.719.023
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	403.469	198.773
1.01.02	Aplicações Financeiras	662.252	868.858
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	662.252	868.858
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	662.252	868.858
1.01.03	Contas a Receber	2.209.401	2.155.212
1.01.03.01	Clientes	2.209.401	2.155.212
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.092.601	2.065.198
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	116.800	90.014
1.01.04	Estoques	31.269	23.962
1.01.04.01	Almoxarifado	31.269	23.962
1.01.06	Tributos a Recuperar	190.581	103.095
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	190.581	103.095
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	28.761	34.552
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	161.820	68.543
1.01.07	Despesas Antecipadas	39.090	33.041
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	297.481	336.082
1.01.08.03	Outros	297.481	336.082
1.01.08.03.03	Outros Créditos	297.481	291.839
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	0	44.243
1.02	Ativo Não Circulante	10.307.000	9.846.174
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.961.989	4.574.114
1.02.01.03	Contas a Receber	34.664	32.377
1.02.01.03.01	Clientes	27.058	25.534
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.606	6.843
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.479.057	1.552.540
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.479.057	1.552.540
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.448.268	2.989.197
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	537.997	491.806
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	59.861	44.003
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	2.685.002	2.386.192
1.02.01.09.09	Outros Créditos	80.127	67.196
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	85.281	0
1.02.02	Investimentos	12.933	13.082
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	12.933	13.082
1.02.03	Imobilizado	67.019	69.645
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	67.019	69.645
1.02.04	Intangível	5.265.059	5.189.333
1.02.04.01	Intangíveis	5.265.059	5.189.333
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.265.059	5.189.333

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	14.140.543	13.565.197
2.01	Passivo Circulante	4.218.886	3.888.707
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	122.976	115.734
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	122.976	115.734
2.01.02	Fornecedores	2.110.152	1.468.254
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.110.152	1.468.254
2.01.03	Obrigações Fiscais	460.710	527.478
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	91.641	190.322
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.686	2.627
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	88.955	187.695
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	367.135	335.825
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.934	1.331
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	543.801	881.879
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	135.756	278.215
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	135.756	278.215
2.01.04.02	Debêntures	380.053	575.065
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	27.992	28.599
2.01.05	Outras Obrigações	773.689	731.760
2.01.05.02	Outros	773.689	731.760
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.078	23.083
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	3.577	3.971
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	391.876	454.481
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	238.947	250.225
2.01.05.02.09	Passivo Financeiro Setorial, Líquido	116.211	0
2.01.06	Provisões	207.558	163.602
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	202.853	156.840
2.01.06.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	202.853	156.840
2.01.06.02	Outras Provisões	4.705	6.762
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	4.705	6.762
2.02	Passivo Não Circulante	7.107.923	6.981.678
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.901.538	2.389.516
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	583.387	510.611
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	583.387	510.611
2.02.01.02	Debêntures	2.269.317	1.830.782
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	48.834	48.123
2.02.02	Outras Obrigações	3.862.152	4.232.582
2.02.02.02	Outros	3.862.152	4.232.582
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	9.329	11.950
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	3.732.917	3.777.347
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	45.246	56.508
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	769	743
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	7.806	7.047
2.02.02.02.13	Passivo Financeiro Setorial, Líquido	0	312.902
2.02.04	Provisões	344.233	359.580
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	341.769	356.178

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	341.769	356.178
2.02.04.02	Outras Provisões	2.464	3.402
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.464	3.402
2.03	Patrimônio Líquido	2.813.734	2.694.812
2.03.01	Capital Social Realizado	1.323.486	1.257.629
2.03.02	Reservas de Capital	693.097	692.452
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	670.897	670.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.200	21.555
2.03.04	Reservas de Lucros	1.257.629	1.323.486
2.03.04.01	Reserva Legal	248.984	248.984
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.008.645	1.008.645
2.03.04.10	Aumento de Capital Proposto	0	65.857
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	173.705	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	994.709	1.050.137
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.628.892	-1.628.892

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.768.292	9.634.642	2.919.118	8.599.814
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.599.652	-9.225.528	-2.905.771	-8.450.472
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.303.291	-5.490.812	-1.649.816	-4.664.021
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-62.665	-179.846	-82.731	-245.696
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-285.589	-670.367	-215.222	-805.513
3.02.07	Pessoal e Administradores	-199.792	-610.854	-210.101	-588.797
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-97.840	-293.896	-97.590	-257.226
3.02.09	Serviços de Terceiros	-138.193	-419.342	-144.902	-426.649
3.02.10	Material	-14.232	-47.608	-19.538	-59.966
3.02.11	Custo de Construção	-273.683	-732.440	-191.500	-513.521
3.02.12	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	-29.499	-133.238	-80.826	-238.159
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-8.741	-33.367	-8.537	-34.065
3.02.16	Depreciação e Amortização	-130.229	-388.088	-121.047	-356.817
3.02.17	Outras Despesas Operacionais	-55.898	-225.670	-83.961	-260.042
3.03	Resultado Bruto	168.640	409.114	13.347	149.342
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	168.640	409.114	13.347	149.342
3.06	Resultado Financeiro	-44.017	-206.237	-61.445	-136.693
3.06.01	Receitas Financeiras	116.253	274.554	130.311	360.316
3.06.02	Despesas Financeiras	-160.270	-480.791	-191.756	-497.009
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-172.161	-485.883	-188.218	-534.939
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	11.891	5.092	-3.538	37.930
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	124.623	202.877	-48.098	12.649
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.362	-84.600	15.559	-11.138
3.08.01	Corrente	-3.557	-11.117	-3.384	-12.714
3.08.02	Diferido	-46.805	-73.483	18.943	1.576
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.261	118.277	-32.539	1.511
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	74.261	118.277	-32.539	1.511
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,41603	0,66262	-0,18229	0,00846
3.99.01.02	PN	0,45763	0,72888	-0,20052	0,00931
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,32105	0,51134	-0,18229	0,00846
3.99.02.02	PN	0,35315	0,56247	-0,20052	0,00931

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	74.261	118.277	-32.539	1.511
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-706.755
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	-1.070.841
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	364.086
4.03	Resultado Abrangente do Período	74.261	118.277	-32.539	-705.244

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	738.037	1.349.961
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.391.618	1.217.081
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	118.277	1.511
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	388.088	356.817
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	12.375	12.679
6.01.01.06	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-26.718	-127.768
6.01.01.07	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	164.252	262.243
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	64.094	86.443
6.01.01.09	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas)	323.623	415.142
6.01.01.10	Fundo de Pensão	291.984	256.746
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-46.432	-70.408
6.01.01.12	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível da Concessão e Imobilizado	27.947	24.358
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	73.483	-1.576
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	645	894
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.951	749.591
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-251.813	228.061
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	37.900	-35.400
6.01.02.03	Almoxarifado	-7.307	10.057
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-4.704	6.276
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	-119.573	11.622
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-6.049	-2.331
6.01.02.08	Outros Créditos	39.632	18.525
6.01.02.09	Ativo e Passivo Financeiro Setorial	-237.729	1.531.712
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.268	22.665
6.01.02.11	Fornecedores	641.898	-604.929
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	72
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	-44.594	-81.670
6.01.02.16	Encargos Setoriais	-83.438	-360.121
6.01.02.19	Outras Obrigações	11.558	5.052
6.01.03	Outros	-636.630	-616.711
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), deduzido dos Juros Capitalizados	-273.447	-293.995
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-12.951	-17.087
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-336.414	-305.619
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-67.278	-70.406
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	53.460	70.396
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-620.968	-1.283.602
6.02.01	Adições para Ativos Financeiros e Intangíveis da Concessão	-812.941	-578.685
6.02.02	Consumidores Participação Financeira	70.277	64.856
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-5.515.330	-7.565.918
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	5.717.291	6.765.874
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-81.300	-15.910
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	1.035	46.181

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	87.627	-61.375
6.03.01	Ingresso de Novos Empréstimos e Debêntures	597.896	245.574
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-446.319	-284.631
6.03.03	Custo de Empréstimos e Debêntures (Custos de Transação e Prêmios)	-40.608	-4.909
6.03.04	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-23.337	-17.409
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-5	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	204.696	4.984
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	198.773	146.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	403.469	151.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.257.629	692.452	1.323.486	0	-578.755	2.694.812
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.257.629	692.452	1.323.486	0	-578.755	2.694.812
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	645	0	0	0	645
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	645	0	0	0	645
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.277	0	118.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.277	0	118.277
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	65.857	0	-65.857	55.428	-55.428	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	83.982	-83.982	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-28.554	28.554	0
5.06.06	Aumento de Capital	65.857	0	-65.857	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.323.486	693.097	1.257.629	173.705	-634.183	2.813.734

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.257.629	20.428	1.251.308	0	309.780	2.839.145
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.257.629	20.428	1.251.308	0	309.780	2.839.145
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	894	0	0	0	894
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	894	0	0	0	894
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.511	-706.755	-705.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.511	0	1.511
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-706.755	-706.755
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-1.070.841	-1.070.841
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	364.086	364.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	55.585	-55.585	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	84.220	-84.220	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-28.635	28.635	0
5.07	Saldos Finais	1.257.629	21.322	1.251.308	57.096	-452.560	2.134.795

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

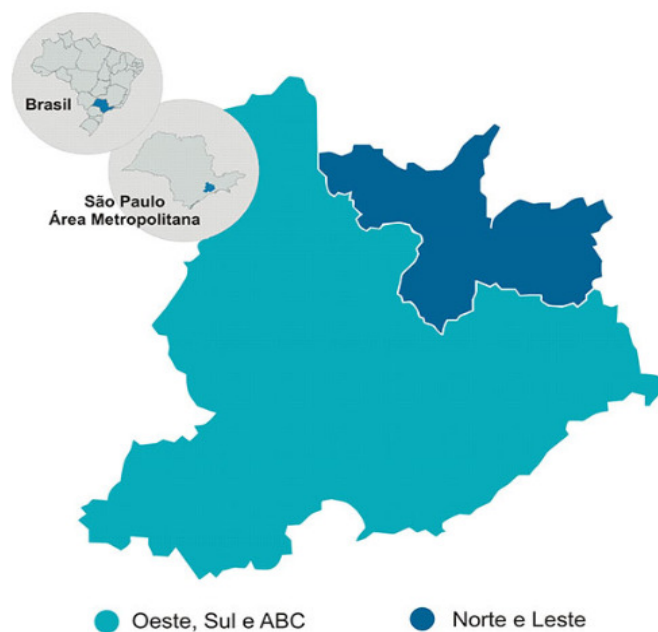
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	15.664.557	15.162.130
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.709.633	8.547.381
7.01.02	Outras Receitas	7.355.722	6.339.387
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	732.440	513.521
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-133.238	-238.159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.319.764	-7.468.446
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.982.184	-6.275.335
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.114.376	-929.218
7.02.04	Outros	-223.204	-263.893
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.344.793	7.693.684
7.04	Retenções	-388.088	-356.817
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-388.088	-356.817
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.956.705	7.336.867
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	274.554	360.316
7.06.02	Receitas Financeiras	274.554	360.316
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.231.259	7.697.183
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.231.259	7.697.183
7.08.01	Pessoal	898.820	827.435
7.08.01.01	Remuneração Direta	574.343	542.807
7.08.01.02	Benefícios	293.896	257.226
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.581	27.402
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.706.348	6.350.982
7.08.02.01	Federais	3.019.023	3.388.830
7.08.02.02	Estaduais	2.653.021	2.930.061
7.08.02.03	Municipais	34.304	32.091
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	507.814	517.255
7.08.03.01	Juros	480.791	497.009
7.08.03.02	Aluguéis	27.023	20.246
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	118.277	1.511
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.277	1.511

Comentário do Desempenho



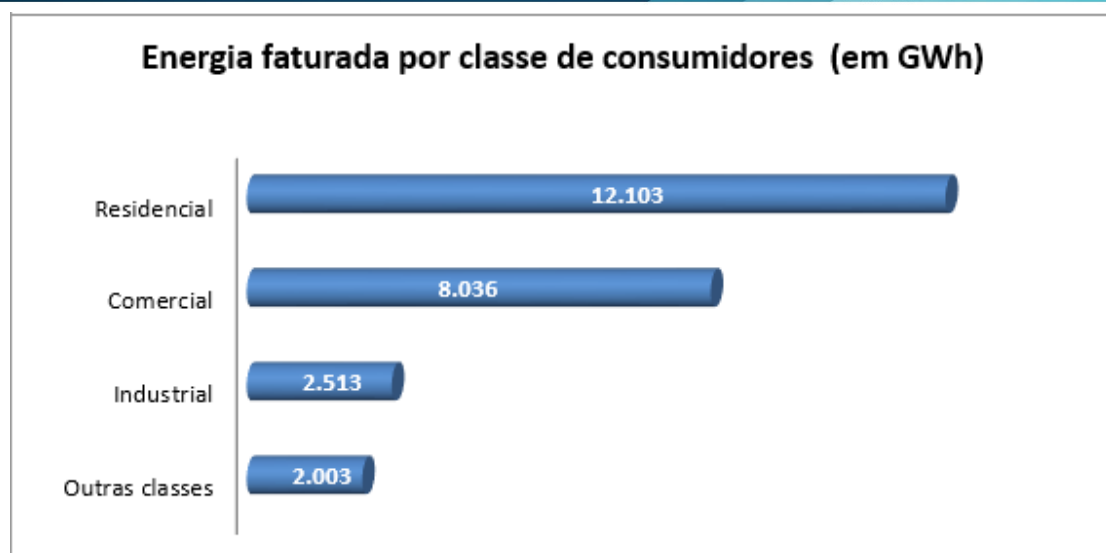
1 Perfil

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto com ações listadas na B3, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo, conforme demonstrado no mapa abaixo, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.



Em 30 de setembro de 2017, a Companhia atendeu aproximadamente a 7,1 milhões de unidades consumidoras e faturou com o fornecimento de energia elétrica 24.654 GWh.

Comentário do Desempenho



O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

2 Desempenho econômico-financeiro

<i>Em milhares de Reais</i>	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	15.797.795	15.400.289	397.506	2,6%
Deduções da receita operacional bruta	(6.163.153)	(6.800.475)	637.322	-9,4%
Receita operacional líquida	9.634.642	8.599.814	1.034.828	12,0%
Custos com energia elétrica (Parcela A)	(6.341.025)	(5.715.230)	(625.795)	10,9%
Custos de operação	(2.884.503)	(2.735.242)	(149.261)	5,5%
Custos operacionais	(9.225.528)	(8.450.472)	(775.056)	9,2%
Resultado do serviço (Lucro bruto)	409.114	149.342	259.772	173,9%
Resultado financeiro	(206.237)	(136.693)	(69.544)	50,9%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	202.877	12.649	190.228	1503,9%
Imposto de renda e contribuição social	(84.600)	(11.138)	(73.462)	659,6%
Lucro líquido do período	118.277	1.511	116.766	7727,7%

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$ 118.277, ante um lucro líquido de R\$ 1.511 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de R\$116.766 do lucro líquido da Companhia.

Comentário do Desempenho



2.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia é constituída substancialmente do fornecimento e distribuição de energia elétrica e de suas respectivas deduções, acumulando nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 os montantes de R\$ 9.634.642 e R\$ 8.599.814, respectivamente.

	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo (em GWh)		
	9M17	9M16	Var. %	9M17	9M16	Var. %
Fornecimento de energia elétrica	12.997.641	14.566.982	-10,8%	24.654	26.265	-6,1%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	766.883	709.068	8,2%	7.557	6.062	24,7%
Receita de construção	732.440	513.521	42,6%	-	-	-
Não faturado	(12.943)	(184.329)	-93,0%	-	-	-
Energia no curto prazo	149.286	435.060	-65,7%	1.130	3.176	-64,4%
Subvenções de recursos da CDE	229.983	186.355	23,4%	-	-	-
Ativo e passivo financeiro setorial	730.064	(1.056.167)	-169,1%	-	-	-
PIS/COFINS diferença de alíquota	(20.066)	(8.056)	149,1%	-	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	26.718	127.768	-79,1%	-	-	-
Ressarcimento - Ônus de acordos bilaterais	77.661	-	N/A	-	-	-
Outras receitas	120.128	110.087	9,1%	-	-	-
Receita operacional bruta	15.797.795	15.400.289	2,6%	33.340	35.503	-6,1%
Deduções da receita operacional bruta:						
<i>Encargos setoriais</i>	(6.163.153)	(6.800.475)	-9,4%			
<i>Encargos tributários</i>	(2.259.398)	(2.427.130)	-6,9%			
<i>Encargos tributários</i>	(3.903.755)	(4.373.345)	-10,7%			
Receita operacional líquida	9.634.642	8.599.814	12,0%			

O aumento de R\$ 1.034.828 ou 12% da receita operacional líquida é explicado principalmente:

- aumento de R\$ 1.786.231 no ativo e passivo financeiro setorial, em virtude principalmente (i) dos ativos financeiros setoriais constituídos (diferidos) na compra de energia elétrica em função do aumento do preço médio por maiores despachos térmicos a um PLD mais alto e maior constituição de risco hidrológico, aumento no preço de energia de Itaipu em 11% e redução de cobertura da CDE em 2017 comparada a 2016; (ii) da constituição de ativo financeiro setorial em função da devolução de Angra III; parcialmente compensados (iii) pela sobrecontratação passiva em função do aumento do PLD e da redução nos custos de ESS;
- redução de R\$ 637.622 nas deduções da receita operacional bruta, atribuída: (i) aos encargos setoriais, que reduziram R\$ 167.732, principalmente pela redução de R\$ 346.106 dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nos 9M17, compensado parcialmente pelos maiores repasses à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT) no montante de R\$ 135.717, em função do risco hidrológico; e (ii) aos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS e ISS) que reduziram R\$ 469.595, acompanhando a menor receita bruta tributável auferida nos 9M17, adicionalmente também contribuiu para redução dos encargos tributários o reconhecimento nos 9M17 de R\$ 157.616 referente a exclusão do ICMS-Substituição Tributária da base de cálculo do PIS e COFINS. A referida exclusão é decorrente da resposta da Solução de Consulta nº 6.018 – SRRF06/DIST publicada em maio de 2017;

Comentário do Desempenho



- aumento de R\$ 218.919 da receita de construção devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão nos 9M17, com foco na expansão da rede de atendimento e melhora nos serviços de distribuição de energia. Os investimentos impactam diretamente a receita de construção, porém o impacto na margem é igual a zero.
- reconhecimento da receita no montante de R\$ 77.661 decorrente dos ressarcimentos de geradores que firmaram acordos bilaterais com a Companhia para redução de contratos, em conformidade à Resolução Normativa nº 711 de 2016;
- aumento de R\$ 57.815 ou 8,2% na receita de TUSD, explicado principalmente pela migração de unidades consumidoras provenientes do mercado cativo, influenciando em um aumento de 24,7% no consumo;

Os fatores acima foram compensados parcialmente:

- pelas receitas com fornecimento de energia elétrica, que tiveram redução de R\$ 1.569.341 ou 10,8% ocasionada principalmente em função (i) do reajuste tarifário de 2016, com efeito médio de -8,10% para o consumidor, com as novas tarifas vigentes a partir de 4 de julho de 2016; (ii) do consumo do mercado cativo, que apresentou redução de 6,1% justificada principalmente pela migração de unidades consumidoras para o mercado livre. Vale destacar o consumo da classe residencial, que apresentou aumento de 165,9 GWh ou 1,4%, ainda influenciado principalmente pelas temperaturas mais altas no 1T17;
- pela redução de R\$ 285.774 ou 65,7% da receita de venda de energia no curto prazo, devido ao menor volume de energia sobrecontratada nos 9M17, reflexo da estratégia de realização de acordos bilaterais e participação em MCSDs, parcialmente compensada pelo aumento do PLD no 9M17 x 9M16;
- pela redução de R\$ 101.050 da atualização do ativo financeiro da concessão, em função do recuo do IPCA (-1,77% em 2017 ante 2,10% em 2016).

2.2 Custos operacionais

Os custos operacionais são divididos em duas categorias: (i) Parcela A, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia; e (ii) Parcela B, que corresponde aos custos gerenciáveis da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, os custos operacionais apresentaram um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

Comentário do Desempenho



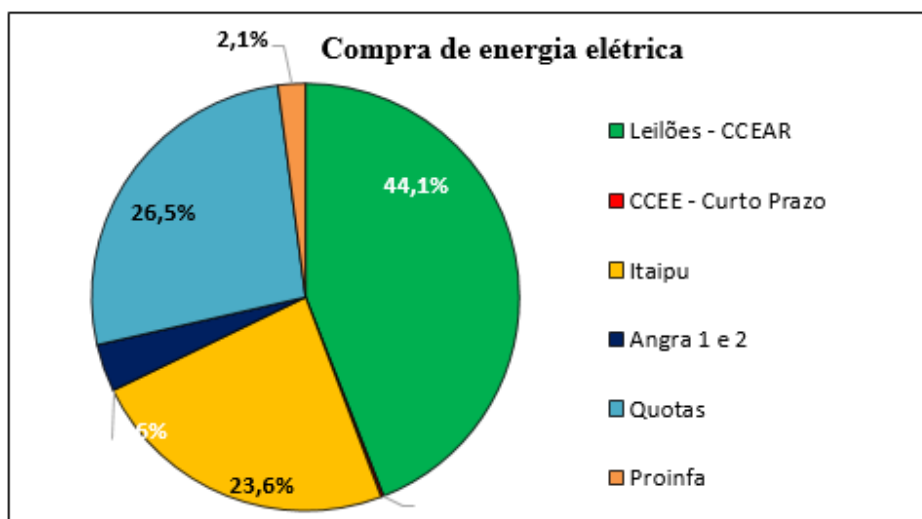
<i>Em milhares de Reais</i>	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA	(5.670.658)	(4.909.717)	(760.941)	15,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(670.367)	(805.513)	135.146	-16,8%
Custo com energia elétrica (Parcela A)	(6.341.025)	(5.715.230)	(625.795)	10,9%
Pessoal e administradores	(610.854)	(588.797)	(22.057)	3,7%
Entidade de previdência privada	(293.896)	(257.226)	(36.670)	14,3%
Material e serviços de terceiros	(466.950)	(486.615)	19.665	-4,0%
Custo de construção	(732.440)	(513.521)	(218.919)	42,6%
Depreciação e amortização	(388.088)	(356.817)	(31.271)	8,8%
Outras despesas operacionais	(392.275)	(532.266)	139.991	-26,3%
Custo de operação	(2.884.503)	(2.735.242)	(149.261)	5,5%
Total dos custos operacionais	(9.225.528)	(8.450.472)	(775.056)	9,2%

2.2.1 Custos com energia elétrica (Parcela A)

Os custos com energia elétrica (Parcela A) são compostos pelas contas de “Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA” e “Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição”.

Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA:

Em 30 de setembro de 2017, a origem do volume comprado de energia elétrica pela Companhia era a seguinte:



A energia elétrica comprada para revenda/PROINFA apresentou um aumento de R\$ 760.941 ou 15,5%. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- Risco hidrológico - Quotas e Itaipu – aumento de R\$ 1.146.648 justificado pela baixa afluência em 2017, impactando negativamente o GSF do setor.

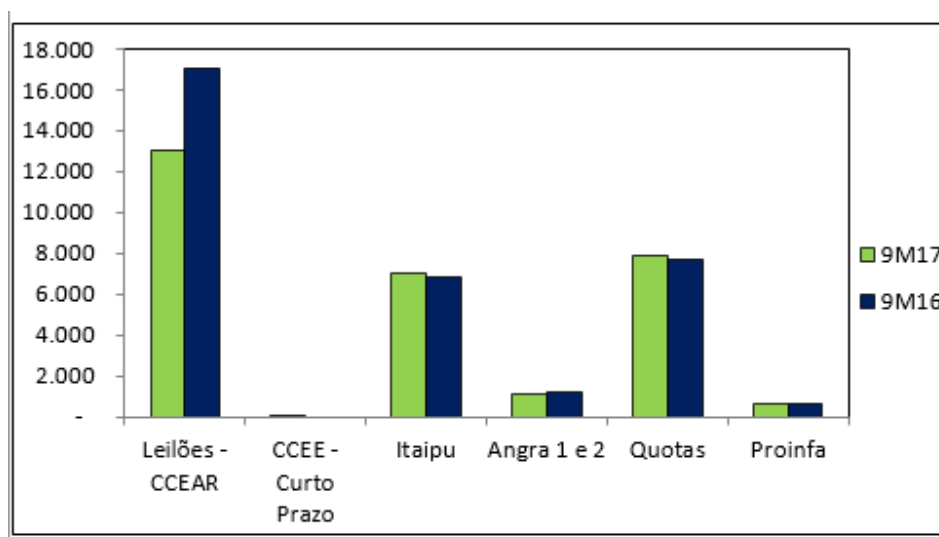
Comentário do Desempenho



O fator acima foi compensado parcialmente por:

- Compra - CCEAR - redução de R\$ 326.736 explicada pelo volume de energia comprada nos 9M17 ter sido inferior em 23,5% em relação aos 9M16, reflexo dos acordos bilaterais realizados, nos termos da Resolução Normativa nº 711/2016, e da participação da Companhia em MCSDs;
- Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA – redução de R\$ 65.850, justificada pela redução de 7% no volume de energia comprada e pela redução das quotas de custeio do PROINFA para o ano de 2017.

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume comprado de energia (em GWh) entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, por tipo de contrato.



Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição:

A composição dos encargos é a seguinte:

	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Uso da rede básica	(635.433)	(445.904)	(189.529)	42,5%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(183.900)	(358.812)	174.912	-48,7%
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	35.460	-	35.460	N/A
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)	167.867	-	167.867	N/A
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(76.883)	(35.019)	(41.864)	119,5%
Operador Nacional do Sistema - ONS	(18.880)	(18.565)	(315)	1,7%
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(5.012)	(5.017)	5	-0,1%
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(39.952)	(30.841)	(9.111)	29,5%
(-) Créditos de PIS/COFINS	86.366	88.645	(2.279)	-2,6%
Total de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(670.367)	(805.513)	135.146	-16,8%

Comentário do Desempenho



A redução de R\$ 135.146 ou 16,8% deve-se basicamente (i) aos menores custos de ESS/EER em R\$ 174.912 nos 9M17, devido ao menor despacho de térmicas fora da ordem de mérito, não refletido no preço da energia no mercado de curto prazo; e (ii) aos ajustes referentes ao alívio retroativo e aos recursos financeiros da conta de Energia de Reserva (CONER) registrados no 1S17 no montante de R\$ 203.327, compensados parcialmente pelo aumento do uso da rede básica em R\$ 189.519 justificado pelo aumento na tarifa decorrente da indenização de investimentos realizados, das transmissoras que renovaram a concessão em 2013.

2.2.2 Custos de operação

Os custos de operação totalizaram R\$ 2.884.503 nos 9M17, sendo compostos pelos custos de PMSO no montante de R\$ 1.470.079 e pelos custos com entidade de previdência privada, depreciação e amortização e custo de construção no montante de R\$ 1.414.424.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outras):

Os custos de PMSO reduziram 8,6% em relação aos 9M16. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Material e serviços de terceiros: redução de R\$ 19.665 ou 4%, devido principalmente às menores despesas com o processo de poda, devido as melhorias no processo de poda seletiva, incluindo otimização de recursos e aumento na utilização de pessoal próprio; compensado parcialmente pelas maiores despesas com ações de corte e cobrança, com o objetivo de reduzir os níveis de inadimplência.

Outras despesas operacionais: redução de R\$ 139.991 ou 26,3%, explicada principalmente (i) pela redução de R\$ 104.921 das despesas com perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), explicada principalmente pela implementação de ações de cobrança, pela redução do volume de clientes inadimplentes nos 9M17, quando comparado aos 9M16; e (ii) pela redução de R\$ 38.659 das multas de DIC/FIC/DMIC/DICRI, refletindo melhora nos indicadores de qualidade da Companhia.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

Pessoal e administradores: aumento de R\$ 22.057 ou 3,7% em virtude principalmente (i) do reajuste de remuneração e benefícios em função do acordo coletivo 2016/2017; (ii) das maiores despesas com rescisão e com o programa de incentivo a aposentadoria; e (iii) das maiores despesas com assistência médica em função da inflação médica (variação de custos médico-hospitalares) no período.

Comentário do Desempenho



Entidade de previdência privada, depreciação e amortização e custo de construção

Esses custos aumentaram 25,4% em relação aos 9M16. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Entidade de previdência privada: aumento de R\$ 36.670 ou 14,3% em virtude principalmente da redução da taxa de desconto, acompanhando a NTN-B de 7,30% na avaliação atuarial no encerramento de 2015 para 5,80% na avaliação atuarial no encerramento de 2016.

Depreciação e amortização: aumento de R\$ 31.271 ou 8,8%, devido principalmente às maiores ativações de softwares, a partir de junho de 2016, e de ativos intangíveis da concessão, gerando um incremento nas despesas de depreciação e amortização em função da maior base de ativos depreciáveis e amortizáveis.

Custo de construção: aumento de R\$ 218.919 ou 42,6%, devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão nos 9M17, com foco na expansão da rede de atendimento e melhora nos serviços de distribuição de energia. Os investimentos impactam diretamente o custo de construção, porém o impacto na margem é igual a zero.

2.3 Resultado financeiro

	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	274.554	360.316	(85.762)	-23,8%
Despesas financeiras	(485.883)	(534.939)	49.056	-9,2%
Variações cambiais, líquidas	5.092	37.930	(32.838)	-86,6%
Resultado financeiro	(206.237)	(136.693)	(69.544)	50,9%

Nos 9M17, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 206.237, superior em R\$ 69.544 ou 50,9% em relação à despesa registrada nos 9M16, devido principalmente aos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 93.829 da despesa relativa à atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em virtude da maior constituição de passivos financeiros setoriais;
- redução R\$ 44.443 das receitas financeiras de multas, juros e atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso, refletindo a redução do ticket médio e a melhora nos níveis de inadimplência da Companhia;
- efeito negativo de R\$ 33.429 das variações cambiais incorridas na compra de energia de Itaipu, explicado principalmente pela variação da cotação do dólar entre a data da provisão e do pagamento das faturas;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

Comentário do Desempenho



- redução dos encargos de dívida em R\$ 102.063, devido principalmente (i) à menor taxa de juros entre os períodos comparados, visto que nos 9M17 a taxa média do CDI foi de 10,93% enquanto que nos 9M16 foi de 14,13%; e (ii) ao menor endividamento da Companhia nos 9M17 em relação aos 9M16.

2.4 Resultado antes dos tributos sobre o lucro

O resultado antes dos tributos sobre o lucro atingiu R\$ 202.877 nos 9M17, montante superior em R\$ 190.228 em relação aos 9M16, explicado principalmente (i) pela maior receita operacional líquida em R\$ 1.034.828; (ii) redução de R\$ 36.089 nos custos de PMSO, principalmente em função da redução das despesas com PECLD e das multas de DIC/FIC/DMIC/DICRI; compensados parcialmente (iii) pelo aumento dos custos de Parcela A no montante de R\$ 625.795, principalmente em função da baixa afluência (níveis dos reservatórios), compensado pela redução dos encargos de ESS e do registro nos 9M17 dos ajustes referentes ao alívio retroativo e CONER; (iv) pelo aumento de R\$ 286.860 das despesas de entidade de previdência privada, depreciação e amortização e custo de construção; e (v) pela maior despesa, na ordem de R\$ 69.544, do resultado financeiro.

2.5 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social apresentaram aumento de R\$ 73.462 nos 9M17, quando comparadas aos 9M16, acompanhando o aumento do resultado antes dos tributos sobre o lucro. O aumento de R\$ 75.089 do imposto de renda e contribuição social diferidos foi influenciado principalmente pela realização dos créditos tributários e do benefício fiscal relacionados ao ágio incorporado na reorganização societária concluída em 2016, sendo parcialmente compensado pela redução de R\$ 1.597 do imposto de renda e contribuição social correntes.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. (“AES Holdings Brasil”), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, faturou com fornecimento de energia 24.654 GWh e 26.265 GWh nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, respectivamente, atendendo a aproximadamente 7,1 milhões e 7,0 milhões de unidades consumidoras nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015.

1.1 Reorganização societária

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e suas antigas controladoras AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”). A Reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Companhia. Com a implementação da Reorganização, a AES Elpa deixou de deter o controle direto da Companhia, atualmente detido pela AES Holdings Brasil.

A reorganização societária teve como principais objetivos:

- (i) simplificação da estrutura societária e organizacional da Companhia;
- (ii) melhor eficiência do processo de tomada de decisões, por meio de um novo acordo de acionistas;
- (iii) melhoria da liquidez dos investimentos e aumento da geração de caixa futura da Companhia em R\$ 693.897 até o final da concessão, o que contribuirá para a redução do seu nível de endividamento; e
- (iv) mecanismos para uma maior liquidez para os acionistas não controladores da AES Elpa, por meio da participação direta na Companhia.

Informações detalhadas sobre a reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

1.2 Proposta de migração para o Novo Mercado

Dando continuidade à reorganização societária ocorrida em 30 de dezembro de 2016 que, dentre outros objetivos, buscou promover maior liquidez para as ações da Companhia, seus acionistas controladores continuam avaliando opções estratégicas para a Companhia. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovado o plano de migração da listagem das ações da Companhia para o segmento do Novo Mercado.

Esta iniciativa tem por objetivos: (i) aumentar o nível de governança corporativa e transparência a partir da extensão do direito de voto a todos os acionistas; (ii) aumentar a capacidade de investimento necessária para fomentar o seu crescimento, na medida que facilita novas captações pela Companhia e espera-se que reduza seu custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando a atratividade para novos investidores.

A Administração da Companhia já teve sucesso na obtenção de todas as aprovações regulatórias de seu Estatuto Social que passa a vigorar com a listagem das ações no Novo Mercado. A conversão das ações preferenciais em ordinárias foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2017.

Em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 137 da Lei nº 6.404/76, os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que não compareceram, se abstiveram de votar ou votaram contra a conversão das ações na Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais realizada em 12 de setembro de 2017 poderão exercer o direito de retirada relativamente às ações preferenciais de emissão da Companhia de que sejam, comprovada e ininterruptamente, titulares desde 23 de fevereiro de 2017 (inclusive). O prazo para exercício do direito de retirada iniciou em 29 de setembro de 2017, nos termos do disposto no artigo 137, V da Lei nº 6.404/76, e será encerrado em 30 de outubro de 2017. O valor do preço por ação a ser pago pelo direito de recesso aos acionistas será de R\$ 16,10.

A Companhia reitera que poderá fazer uso da faculdade prevista no §3º do Art. 137 da Lei nº 6.404/76 no sentido de propor a reconsideração da potencial migração ao Novo Mercado, a depender do eventual resultado do exercício do direito de retirada pelos acionistas titulares de ações preferenciais, sendo a operação viável apenas caso o custo decorrente do exercício do direito de retirada não seja substancial e, portanto, não afete a estabilidade financeira da Companhia.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados sobre a evolução do tema.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 23 de outubro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à análise do Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Após a autorização de conclusão, somente o Conselho de Administração poderá alterar as informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações do ativo intangível realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os números de unidades consumidoras não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2017, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios anual e quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços de fornecimento de energia são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas

Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 4.1 a 4.16 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2017	31.12.2016
Numerário disponível	4.935	9.966
Numerário em trânsito	105.770	48.711
CDB-DI (i)	95.693	-
Operação compromissada (i)	197.071	140.096
Total	403.469	198.773

Investimentos de curto prazo:

	30.09.2017	31.12.2016
CDB-DI (i)	612.035	363.552
Operação compromissada (i)	48.314	504.301
Fundo de investimento	1.903	1.005
Total	662.252	868.858
Total geral	1.065.721	1.067.631

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 97,76% do CDI no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (98,38% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

Notas Explicativas

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	30.09.2017					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PECLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento e outros:						
Residencial	397.681	349.141	61.898	808.720	(62.814)	745.906
Industrial	66.871	31.399	17.562	115.832	(7.730)	108.102
Comercial	259.761	57.444	15.535	332.740	(4.509)	328.231
Rural	167	81	16	264	-	264
Poder público	42.064	12.318	7.741	62.123	(742)	61.381
Iluminação pública	23.606	1.366	92	25.064	-	25.064
Serviço público	31.522	278	246	32.046	(8)	32.038
Outros serviços	15.376	971	1.999	18.346	(3)	18.343
Consumidores - Participação financeira	70	3.090	4.688	7.848	-	7.848
Total - Faturado	837.118	456.088	109.777	1.402.983	(75.806)	1.327.177
Não faturado	704.508	-	-	704.508	-	704.508
Total	1.541.626	456.088	109.777	2.107.491	(75.806)	2.031.685
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	56.126	-	-	56.126	-	56.126
Encargos de uso da rede	504	-	-	504	-	504
Ressarcimento - leilões de energia	4.286	-	-	4.286	-	4.286
Total	60.916	-	-	60.916	-	60.916
Total - circulante	1.602.542	456.088	109.777	2.168.407	(75.806)	2.092.601
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Iluminação pública (Precatórios judiciais)	-	-	27.058	27.058	-	27.058
Total - não circulante	-	-	27.058	27.058	-	27.058
Total - circulante + não circulante	1.602.542	456.088	136.835	2.195.465	(75.806)	2.119.659
31.12.2016						
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PECLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	317.376	335.613	76.346	729.335	(79.696)	649.639
Industrial	55.651	39.263	28.636	123.550	(11.127)	112.423
Comercial	214.004	65.844	23.201	303.049	(9.397)	293.652
Rural	95	68	7	170	(1)	169
Poder público	35.848	18.993	4.327	59.168	(176)	58.992
Iluminação pública	19.288	2.656	451	22.395	-	22.395
Serviço público	48.035	3.343	5.646	57.024	(1.893)	55.131
Total - Faturado	690.297	465.780	138.614	1.294.691	(102.290)	1.192.401
Não faturado	745.137	-	-	745.137	-	745.137
Total	1.435.434	465.780	138.614	2.039.828	(102.290)	1.937.538
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	123.351	-	-	123.351	-	123.351
Encargos de uso da rede	38	189	-	227	-	227
Ressarcimento - leilões de energia	4.082	-	-	4.082	-	4.082
Total	127.471	189	-	127.660	-	127.660
Total - circulante	1.562.905	465.969	138.614	2.167.488	(102.290)	2.065.198
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Iluminação pública (Precatórios judiciais)	-	-	25.534	25.534	-	25.534
Total - não circulante	-	-	25.534	25.534	-	25.534
Total - circulante + não circulante	1.562.905	465.969	164.148	2.193.022	(102.290)	2.090.732

(*) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 7.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas

6. Contas a receber – acordos

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Consumidores	265.386	291.131
Outros	-	755
Subtotal	265.386	291.886
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 7	(148.586)	(201.872)
Saldo líquido de PECLD	116.800	90.014
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Consumidores	10.738	22.193
Subtotal	10.738	22.193
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 7	(3.132)	(15.350)
Saldo líquido de PECLD	7.606	6.843
Total circulante + não circulante	124.406	96.857

A abertura do contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	133.169	24.256	118.699	276.124
Subtotal	133.169	24.256	118.699	276.124
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(24.404)	(8.683)	(118.631)	(151.718)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	108.765	15.573	68	124.406

7. Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2016	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 30.09.2017
<u>CIRCULANTE</u>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(102.290)	(247.114)	102.346	131	171.121	(75.806)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 6	(201.872)	(52.195)	34.803	(12.218)	82.896	(148.586)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 10	(227)	(2.183)	91	-	1.794	(525)
Outros créditos - nota explicativa nº 10	(2.628)	-	-	(131)	-	(2.759)
Total	(307.017)	(301.492)	137.240	(12.218)	255.811	(227.676)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 6	(15.350)	-	-	12.218	-	(3.132)
Total	(15.350)	-	-	12.218	-	(3.132)
Total circulante + não circulante	(322.367)	(301.492)	137.240	-	255.811	(230.808)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2017	30.09.2016
Provisões	(301.492)	(412.811)
Reversões	137.240	150.568
Receita com recuperação de perdas ^(*)	31.014	24.084
Despesa com PECLD	(133.238)	(238.159)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

Notas Explicativas**8. Tributos e contribuições sociais compensáveis**

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	5.453	3.834
Imposto de renda	8.945	6.451
Imposto de renda retido na fonte	14.363	24.267
Total	28.761	34.552
<u>Outros tributos compensáveis</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.060	62.579
ICMS - compra de créditos	5.926	5.193
COFINS ^(*)	79.853	634
PIS ^(*)	16.981	137
Total	161.820	68.543
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.861	44.003
Total	59.861	44.003
Total	221.681	112.546

- (*) A Companhia em razão da resposta da Solução de Consulta nº 6.018 – SRRF06/DISIT publicada em maio de 2017, que expressamente reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre – ACL, da base de cálculo do PIS e da COFINS, registrou no terceiro trimestre de 2017 o montante de R\$ 200.147 relativo ao PIS e a COFINS sobre o ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre – ACL dos últimos 5 anos, sendo o montante de R\$ 157.616 em contrapartida ao resultado operacional (deduções da receita bruta – nota explicativa nº 23) e R\$ 42.531 ao resultado financeiro (receitas financeiras – nota explicativa nº 26). A Companhia já utilizou o montante de R\$ 104.068 na compensação de tributos federais.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos**9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos**

	30.09.2017	31.12.2016
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.217.570	1.272.506
Benefício fiscal do ágio incorporado	261.487	280.034
Total registrado	1.479.057	1.552.540

Notas Explicativas

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	30.09.2016
Tributos diferidos ativos:				
Provisão de benefício a empregados	287.358	297.196	(9.838)	(20.156)
Provisão para processos judiciais e outros	162.994	183.621	(20.627)	1.073
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	78.475	109.605	(31.130)	13.930
Provisão para materiais e serviços	12.535	13.890	(1.355)	(6.640)
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	839.126	839.126	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	157.026	86.541	70.485	37.497
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	351.784	413.863	(62.079)	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	75.518	80.787	(5.269)	(5.269)
Alienação de imóvel	-	-	-	14.948
Outros	12.837	19.535	(6.698)	(13.264)
Total dos tributos diferidos ativos	1.977.653	2.044.164		
Tributos diferidos passivos:				
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(512.426)	(540.980)	28.554	28.635
Atualização do ativo financeiro da concessão	(176.441)	(166.584)	(9.857)	(43.441)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(55.728)	(48.877)	(6.851)	(5.306)
Outros	(15.488)	(15.217)	(271)	(431)
Total dos tributos diferidos passivos	(760.083)	(771.658)		
Ativo fiscal diferido, líquido	1.217.570	1.272.506		
			(54.936)	1.576
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado (nota explicativa nº 9.3)			(18.547)	-
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(73.483)	1.576

9.3 Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal gerado pelas incorporações dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Nova Brasileira Participações (vide nota explicativa nº 1.1) e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01, conforme alterada.

A composição do saldo do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

	30.09.2017			31.12.2016
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.276)	175.294	175.294
Amortização acumulada	(34.147)	22.537	(11.610)	-
Subtotal	481.423	(317.739)	163.684	175.294
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.318)	104.740	104.740
Amortização acumulada	(20.402)	13.465	(6.937)	-
Subtotal	287.656	(189.853)	97.803	104.740
Total	769.079	(507.592)	261.487	280.034

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia como resultado do processo de Reorganização, concluído em dezembro de 2016, foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$ 280.034. Deste benefício, R\$ 23.000 foram compartilhados com todos os acionistas da Companhia, afetando positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 670.897 foram registrados em contrapartida à conta “Reserva especial de ágio”, no patrimônio líquido (vide nota explicativa nº 21.3). Este ativo fiscal diferido está sendo realizado até o final da concessão da Companhia.

Notas Explicativas**9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:**

Movimentação dos tributos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.552.540
Impacto no resultado	(73.483)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.479.057

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2017, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2028.

10. Outros créditos

	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	62.928	64.709
Cauções e depósitos vinculados (i)	64.442	2.955
Alienação de bens e direitos	5.434	6.303
Serviços prestados	1.525	3.187
Repasse CDE - Descontos na tarifa (ii)	61.960	198.281
Repasse CDE - Liminares	411	-
Outros créditos - partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	217	928
Adiantamentos a empregados	13.729	4.710
Adiantamentos a fornecedores	2.077	3.030
Ressarcimento - Acordos bilaterais (iii)	38.299	-
Ressarcimento - Acordos bilaterais - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 28.1 (iii)	6.450	-
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (iv)	32.441	-
Outros	10.852	10.591
Subtotal	300.765	294.694
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 7	(525)	(227)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos - nota explicativa nº 7	(2.759)	(2.628)
Total	297.481	291.839
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Alienação de bens e direitos	1.118	3.129
Bens e direitos destinados à alienação	38.067	38.279
Financiamento à CESP	6.860	7.057
Cauções contratuais - venda de imóveis	13.236	12.315
Ressarcimento - Acordos bilaterais (iii)	14.657	-
Outros	6.189	6.416
Total	80.127	67.196

- (i) A Companhia deve disponibilizar em conta bancária específica, um dia útil antes do vencimento, o montante a pagar aos fornecedores de CCEARs. Em 29 de setembro de 2017, a Companhia disponibilizou o montante de R\$ 63.405, relacionado às faturas com vencimento em 30 de setembro de 2017. A efetivação do pagamento, para esse vencimento, ocorreu em 2 de outubro de 2017.
- (ii) Conforme homologado pela ANEEL no Reajuste Tarifário de 2017, a Companhia efetuou a compensação dos créditos de Repasse CDE - Descontos na tarifa com os encargos CDE (nota explicativa nº 20) no montante de R\$ 252.498, relativo às competências de abril de 2016 a março de 2017. Vale ressaltar que a compensação financeira é realizada mensalmente desde 2015, quando a Companhia obteve liminar judicial sobre a matéria. Contudo, a Companhia registra contabilmente essa compensação somente após a homologação da ANEEL, a cada processo tarifário. A partir da competência de abril de 2017, os repasses da CDE são de responsabilidade da CCEE, conforme determinado no Despacho ANEEL nº1.079 de 18 de abril de 2017. O saldo de R\$ 61.960 compreende as competências de agosto e setembro de 2017.

Notas Explicativas

- (iii) Referem-se aos ressarcimentos de geradores que firmaram acordos bilaterais com a Companhia para redução de contratos, em conformidade à Resolução Normativa nº 711 de 2016. Estes valores consistem nas compensações financeiras efetuadas pelos geradores, pelo ônus tarifário que a Companhia assume quando da homologação dos acordos bilaterais. Os recebimentos são realizados em parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela SELIC, com prazo de recebimento até janeiro de 2019.
- (iv) Refere-se ao montante a receber da CCRBT da competência de agosto de 2017 – vide nota explicativa nº 23.

11. Contratos de concessão público - privado

	30.09.2017	31.12.2016
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro da concessão	2.685.002	2.386.192
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 12	5.265.059	5.189.333
Total dos contratos de concessão público - privado	7.950.061	7.575.525

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.893.616	492.576	2.386.192
Transferência - ativo intangível em curso - nota explicativa nº 12	278.054	-	278.054
Baixas - nota explicativa nº 25	(5.962)	-	(5.962)
Atualização monetária - nota explicativa nº 23	-	26.718	26.718
Saldo em 30 de setembro de 2017	2.165.708	519.294	2.685.002

Características do contrato de concessão da Companhia

As características do contrato de concessão da Companhia são as mesmas descritas na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.09.2017	31.12.2016
Ativo intangível - custo	8.090.391	7.716.782
Amortização acumulada	(2.825.332)	(2.527.449)
Total do ativo intangível da concessão	5.265.059	5.189.333

Notas Explicativas

O saldo do intangível refere-se, substancialmente, ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	780.235	(107.806)	7.863.783	(819.430)	7.716.782	(2.527.449)	5.189.333
Adições	819.280	(79.684)	10.438	-	750.034	(411.732)	338.302
Baixas	-	-	(98.371)	-	(98.371)	76.223	(22.148)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	37.626	37.626
Transferências	(328.852)	15.399	328.852	(15.399)	-	-	-
Transferências para o ativo financeiro - nota explicativa nº 11	(299.730)	21.676	-	-	(278.054)	-	(278.054)
Saldos em 30 de setembro de 2017	970.933	(150.415)	8.104.702	(834.829)	8.090.391	(2.825.332)	5.265.059

Notas Explicativas

13. Ativo e passivo financeiro setorial

Segue abaixo a composição e movimentação dos saldos do ativo e passivo financeiro setorial e a composição por ciclo tarifário:

Ativos e passivos financeiros Setoriais	Saldo em 31.12.2016	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias (i)	Atualização monetária	Reclassificações	Saldo em 30.09.2017	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	122.408	683.716	(177.576)	(444.565)	(30.777)	(39.951)	113.255	752.291	(639.036)	(454.182)	567.437
Energia Itaipu - custo/Variação cambial	978.176	310.004	(797.341)	-	47.234	(109.630)	428.443	224.139	204.304	260.339	168.104
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	24.608	(21.966)	(18.143)	-	(292)	-	(15.793)	(358)	(15.435)	(15.524)	(269)
Transporte de energia pela rede básica	29.703	39.301	(20.021)	-	2.356	-	51.339	29.332	22.007	29.340	21.999
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.774	8.294	(3.641)	-	430	-	10.857	6.996	3.861	5.611	5.246
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	42.094	(239.862)	(151.634)	-	(14.753)	(49.781)	(413.936)	(105.990)	(307.946)	(334.444)	(79.492)
Custos de Aquisição de Energia (v)	(581.210)	1.101.539	640.813	(444.565)	(39.680)	75.141	752.038	967.727	(215.689)	23.023	729.015
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(376.737)	(513.594)	172.391	-	(26.072)	44.319	(699.693)	(369.555)	(330.138)	(422.527)	(277.166)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(391.067)	(11.538)	235.462	-	(16.993)	39.951	(144.185)	(546.189)	402.004	337.971	(482.156)
Neutralidade da Parcela A	200.408	82.419	(149.795)	-	7.040	-	140.068	(1.511)	141.579	141.201	(1.133)
Sobrecontratação de energia	96.475	(93.122)	65.545	-	10.744	(582)	79.060	(104.852)	183.912	157.699	(78.639)
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	(416.222)	-	347.110	-	(15.740)	84.852	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP (ii)	(206.142)	(64.573)	-	-	(19.344)	-	(290.059)	(290.059)	-	-	(290.059)
Fator Xq - Devolução tarifária (iii)	(61.333)	55.733	-	-	5.600	-	-	-	-	-	-
Devolução do ajuste tarifário de Angra III (iv)	-	175.130	(33.458)	-	3.022	(44.319)	100.375	-	100.375	100.375	-
Risco hidrológico (vi)	-	(118.267)	-	-	(823)	-	(119.090)	(119.090)	-	(29.773)	(89.317)
Outros	(4.253)	(48.858)	6.064	-	(7.492)	-	(54.539)	(30.677)	(23.862)	(31.531)	(23.008)
Total	(268.659)	672.178	57.886	(444.565)	(47.770)	-	(30.930)	206.102	(237.032)	(116.211)	85.281
Ativo (passivo) financeiro setorial, líquido											

- (i) O montante de R\$ 444.565 contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, no montante de R\$ 26.215, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017 quando da homologação da ANEEL. O montante remanescente de R\$ 418.350 refere-se às competências de janeiro a agosto de 2017 (vide nota explicativa nº 23).
- (ii) Referem-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP). Este montante será subtraído da Parcela B na próxima revisão tarifária da Companhia.
- (iii) No final de 2015, a Companhia constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, havendo a necessidade de reprocessamento destes indicadores e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador. Como consequência, a Companhia registrou uma provisão de devolução tarifária do Fator Xq, entendendo que este reprocessamento resultasse no recálculo do componente do Fator Xq, tal como já havia ocorrido com outras distribuidoras até o momento.

Notas Explicativas

No entanto, conforme homologado no Reajuste Tarifário de 2017, a solicitação da Companhia para o recálculo do componente do Fator Xq não foi aprovada pela ANEEL. O recálculo do componente do Fator Xq, motivado pelo reprocessamento dos indicadores DEC e FEC, estava explicitamente determinado para as distribuidoras que estão no 3º ciclo de revisão. Para as distribuidoras que estão no 4º ciclo de revisão tarifária, como é o caso da Companhia, não há determinação explícita no PRORET sobre o recálculo do Fator Xq. Em 27 de junho de 2017, a decisão da Diretoria da ANEEL foi por não recalculer o Fator Xq. Desta forma, a Companhia reverteu o montante anteriormente provisionado.

- (iv) Em 28 de março de 2017, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 2.214/2017, republicar as tarifas de energia das distribuidoras, com o objetivo de excluir da cobertura tarifária relativa ao Encargo de Energia de Reserva (EER) os custos correspondentes à contratação da usina de Angra III no ano de 2016.

O procedimento de devolução foi implementado em duas etapas. Na primeira etapa, válida para o consumo de energia elétrica no mês de abril de 2017, além da exclusão da tarifa dos custos de Angra III no mês, houve também a reversão do montante de custos da usina de Angra III incluídos nas tarifas vigentes desde o processo tarifário anterior, atualizado pela SELIC. Na segunda etapa, válida de 1º de maio de 2017 até o Reajuste Tarifário de 2017, foi excluído da tarifa os custos da usina de Angra III, sem demais efeitos retroativos. Como os custos previstos da usina de Angra III não integraram os montantes de EER cobrados das distribuidoras, mas foi prevista cobertura tarifária no último Reajuste Tarifário, a Companhia constituiu um passivo financeiro setorial referente a estes montantes.

Com a devolução tarifária antecipada dos custos de Angra III, a Companhia teve como contrapartida o registro de um ativo financeiro setorial no mesmo montante do passivo financeiro setorial anteriormente registrado, não gerando, portanto, efeitos em seu resultado. Os efeitos da devolução tarifária de abril de 2017 retroativos desde o Reajuste Tarifário de 2016 foram incluídos nas tarifas homologadas pela ANEEL no Reajuste Tarifário de 2017 da Companhia.

- (v) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica, e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob Cotas de Garantia Física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o Risco Hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 30 de setembro de 2017.
- (vi) No início de 2017, a ANEEL instaurou a Audiência Pública nº 04/2017, com o intuito de atualizar o Submódulo 4.4 do PRORET (Demais Componentes Financeiros) e dar tratamento tarifário para a previsão do risco hidrológico.

De acordo com a revisão de tal submódulo, foi previsto que nos processos tarifários das distribuidoras de 2017 seria considerado um componente financeiro referente a uma previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e que firmaram Termo de Repactuação de Risco em conformidade com a Lei nº 13.203/2015.

Notas Explicativas

Dessa forma, a Companhia teve reconhecido no seu reajuste tarifário de 2017 um componente financeiro referente a essa antecipação, no valor de R\$ 473.072. E como proposto inicialmente na Audiência Pública, o diferimento desse adiantamento se dará mensalmente, considerando 1/12 da previsão homologada no processo tarifário, sendo atualizada por SELIC. Cabe destacar que a referência para o cálculo da remuneração financeira corresponde à data do último dia útil de cada mês.

14. Fornecedores

	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Itaipu	369.218	314.994
Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ^(*)	674.749	96.027
Leilão - CCEAR	527.201	457.542
Leilão - CCEAR - AES Tietê Energia - partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	-	4.920
ANGRA I e II	-	27.404
Quotas de garantia física	58.022	67.367
Energia livre - outros	103.820	96.099
Uso de rede básica	115.221	51.432
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	8.301	33.853
Conexão à rede básica	6.652	3.386
Transmissão	17.462	3.835
Uso do sistema de distribuição	-	539
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.377	1.120
Subtotal	1.883.023	1.158.518
Materiais e serviços	227.117	303.724
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	12	6.012
Total	2.110.152	1.468.254

(*) O saldo a pagar no âmbito da CCEE refere-se basicamente ao Risco Hidrológico de Quotas e Itaipu. Conforme explicado na nota explicativa nº13 (v), o aumento do saldo a pagar de risco hidrológico, assim como dos CCEARs está atribuído ao cenário hidrológico desfavorável.

15. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar:	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	1.975	1.932
Contribuição social	711	695
Total	2.686	2.627
Outros tributos a pagar:	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos Federais		
PIS	12.786	31.961
COFINS	58.894	138.062
INSS	10.788	10.058
IRRF	480	556
Outros	6.007	7.058
Subtotal - Federais	88.955	187.695
Tributos Estaduais		
ICMS	367.135	335.825
Subtotal - Estaduais	367.135	335.825
Tributos Municipais		
ISS	1.934	1.331
Subtotal - Municipais	1.934	1.331
Total - Outros tributos a pagar	458.024	524.851

Notas Explicativas

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia não efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) por não ter apurado lucro fiscal, efetuando somente pagamentos relativos a IRRF no montante de R\$ 12.951.

16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

		30.09.2017							
		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva ^(*) (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional									
Empréstimos e financiamentos:									
FINEP ^(*) - b.6	2024	5,00	131	10.518	-	10.649	43.963	-	54.612
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7	2019	CDI + 2,64	1.664	-	(2.207)	(543)	180.000	(800)	178.657
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12	2020	CDI + 4,02	2.789	18.667	(337)	21.119	37.333	(316)	58.136
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II) - a.2	2020	CDI + 5,88	2.042	13.667	(774)	14.935	27.333	(735)	41.533
FINEM - Subcrédito A - b.8	2021	TJLP + 4,22	160	11.285	-	11.445	28.213	-	39.658
FINEM - Subcrédito B - b.8	2021	SELIC + 4,22	85	14.682	-	14.767	36.704	-	51.471
FINEM - Subcrédito C - b.8	2021	9,50	67	5.130	-	5.197	12.826	-	18.023
FINEM - Subcrédito D - b.8	2021	TJLP	1	191	-	192	479	-	671
FINEM - Subcrédito E - b.8	2021	SELIC + 3,20	26	5.417	-	5.443	13.543	-	18.986
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11	2022	TJLP + 4,07	218	12.582	-	12.800	41.938	-	54.738
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC + 4,15	102	14.546	-	14.648	48.488	-	63.136
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC + 4,15	31	4.393	-	4.424	14.644	-	19.068
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11	2022	9,50	68	4.193	-	4.261	13.978	-	18.239
Notas promissórias - 3ª emissão - a.1	2021	CDI + 3,39	7.437	9.091	(384)	16.144	86.364	(568)	101.940
Outros			275	-	-	275	-	-	275
Total - Empréstimos e financiamentos			15.096	124.362	(3.702)	135.756	585.806	(2.419)	719.143
Debêntures:									
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	153	14.667	(240)	14.580	-	-	14.580
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,76	4.763	-	(944)	3.819	100.000	(168)	103.651
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 3,02	8.411	80.000	(2.195)	86.216	120.000	(1.672)	204.544
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 2,19	22.251	-	(3.322)	18.929	600.000	(7.402)	592.598
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 3,69	3.644	35.100	(868)	37.876	35.110	(73)	72.913
Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9	2022	CDI + 3,06	4.969	38.080	(264)	42.785	161.920	(575)	161.345
Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9	2022	CDI + 3,07	4.969	38.080	(282)	42.767	161.920	(614)	161.306
Debêntures - 19ª emissão - b.10	2021	CDI + 3,59	2.640	35.552	(1.152)	37.040	213.344	(1.771)	211.573
Debêntures - 20ª emissão - a.3	2021	128% do CDI	28.231	70.000	(4.194)	94.037	630.000	(8.902)	621.098
Debêntures - 21ª emissão - a.4	2022	CDI + 3,42	2.874	-	(870)	2.004	271.000	(2.800)	270.204
Total - Debêntures			82.905	311.479	(14.331)	380.053	2.293.294	(23.977)	2.649.370
Arrendamento financeiro - c	6,52 a 30,40		-	27.992	-	27.992	48.834	-	76.826
Total - Arrendamento financeiro			-	27.992	-	27.992	48.834	-	76.826
Total da dívida			98.001	463.833	(18.033)	543.801	2.927.934	(26.396)	3.445.339

		31.12.2016							
		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva ^(*) (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos									
Moeda nacional:									
FINEP ^(*) - b.6	2024	5,00	156	8.076	-	8.232	51.495	-	59.727
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7	2019	CDI + 2,64	27.626	120.000	(2.735)	144.891	180.000	(2.318)	322.573
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12	2018	CDI + 6,40	13.330	42.000	(745)	54.585	28.000	(338)	82.247
FINEM - Subcrédito A - b.8	2021	TJLP + 4,22	206	11.192	-	11.398	36.373	-	47.771
FINEM - Subcrédito B - b.8	2021	SELIC + 4,22	105	13.508	-	13.613	44.221	-	57.834
FINEM - Subcrédito C - b.8	2021	9,50	87	5.130	-	5.217	16.674	-	21.891
FINEM - Subcrédito D - b.8	2021	TJLP	1	190	-	191	617	-	808
FINEM - Subcrédito E - b.8	2021	SELIC + 3,20	32	5.012	-	5.044	16.289	-	21.333
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11	2022	TJLP + 4,07	292	12.477	-	12.769	50.948	-	63.717
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC + 4,15	131	13.459	-	13.590	54.956	-	68.546
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC + 4,15	39	4.065	-	4.104	16.597	-	20.701
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11	2022	9,50	88	4.218	-	4.306	17.097	-	21.403
Outros			275	-	-	275	-	-	275
Total			42.368	239.327	(3.480)	278.215	513.267	(2.656)	788.826
Debêntures									
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	5.187	25.000	(1.549)	28.638	75.000	(910)	102.728
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,76	2.407	-	(881)	1.526	100.000	(888)	100.638
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 3,02	5.310	80.000	(2.807)	82.503	200.000	(3.261)	196.739
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 2,19	8.224	-	(3.114)	5.110	600.000	(9.935)	595.175
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 3,69	16.001	250.000	(10.210)	255.791	250.000	(4.897)	500.894
Debêntures - 17ª emissão (2ª série)	2017	CDI + 2,24	6.419	90.000	(15)	96.404	-	-	96.404
Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9	2022	CDI + 3,06	6.730	9.521	(272)	15.979	190.480	(771)	189.709
Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9	2022	CDI + 3,07	6.730	9.521	(288)	15.963	190.480	(827)	189.653
Debêntures - 19ª emissão - b.10	2021	CDI + 3,59	3.404	71.103	(1.356)	73.151	248.896	(2.585)	246.311
Total			60.412	535.145	(20.492)	575.065	1.854.856	(24.074)	1.830.782
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - c	8,40 a 15,64		-	28.599	-	28.599	48.123	-	76.722
Total			-	28.599	-	28.599	48.123	-	76.722
Total da dívida			102.780	803.071	(23.972)	881.879	2.416.246	(26.730)	3.271.395

Notas Explicativas

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em março de 2016, a Companhia firmou com a Caixa Econômica Federal uma operação de conta garantida, mas que não foi utilizada até 30 de setembro de 2017, com as características abaixo:

Valor	Prazo	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
R\$ 100.000	36 meses	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado

Os financiamentos referentes ao FINEM e 3ª emissão de notas promissórias e a 18ª e 20ª emissões de debêntures possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passível de bloqueio em conta bancária, apenas em caso de descumprimento contratual. Esta garantia corresponde a: (i) 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM; (ii) 130% do próximo pagamento de principal e/ou juros, no caso da 3ª emissão de notas promissórias e da 18ª emissão de debêntures; e (iii) até 1/3 (um terço) do saldo devedor, no caso da 20ª emissão de debêntures. Para a FINEP, a Companhia possui 4 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 72.685, com taxas contratuais que variam de 3,00% a 3,85% a.a.

Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir.

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2017:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal	Vencimento	Finalidade
a.1	Notas promissórias - 3ª emissão	R\$ 100.000	Fevereiro de 2017	CDI + 2,85%	Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal	RS 4.545	Agosto de 2017	Reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas
						RS 4.545	Fevereiro de 2018	
						RS 4.545	Agosto de 2018	
						RS 13.637	Fevereiro de 2019	
						RS 9.091	Maio de 2019	
						RS 9.091	Agosto de 2019	
						RS 9.091	Novembro de 2019	
						RS 9.091	Fevereiro de 2020	
						RS 9.091	Maio de 2020	
						RS 9.091	Agosto de 2020	
a.2	CCB - Banco ABC (II)	R\$ 41.000	Maio de 2017	CDI + 3,19%	Semestrais	RS 13.667	Maio de 2018	Reforço de capital de giro
						RS 13.667	Maio de 2019	
						RS 13.667	Abril de 2020	
a.3	20ª Emissão	R\$ 700.000	Maio de 2017	120% do CDI	Semestrais	RS 70.000	Abril de 2018	Reperfillamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro
						RS 70.000	Abril de 2019	
						RS 280.000	Abril de 2020	
						RS 280.000	Abril de 2021	
a.4	21ª Emissão	R\$ 271.000	Agosto de 2017	CDI + 2,95%	Semestrais	RS 45.167	Janeiro de 2020	Refinanciamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro
						RS 45.167	Julho de 2020	
						RS 45.167	Janeiro de 2021	
						RS 45.167	Julho de 2021	
						RS 45.167	Janeiro de 2022	
						RS 45.167	Julho de 2022	

Vencimento: As datas destacadas em negrito representam vencimentos futuros.

Notas Explicativas

Em 24 de maio de 2017, a Companhia concluiu a 20ª emissão de debêntures simples (a.3), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 700.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante total de R\$ 700.000, sendo que R\$ 185.896 decorreram de moeda nacional corrente e o restante mediante a dação em pagamento de debêntures integrantes da 9ª e 15ª emissão de debêntures da Companhia, nos montantes de R\$ 82.033 e R\$ 432.071, respectivamente (vide nota explicativa nº 16.2 (b.1) e (b.5)).

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal	Vencimento	Finalidade
b.1	9ª Emissão	R\$ 250.000	Dezembro de 2005	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual R\$ 75.000 R\$ 75.000 R\$ 80.444 R\$ 4.889 R\$ 14.667	Agosto de 2015 Agosto de 2016 Maio de 2017 (*) Agosto de 2017 Agosto de 2018	Pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004
b.2	11ª Emissão	R\$ 200.000	Novembro de 2007	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual R\$ 100.000 R\$ 100.000	Novembro de 2016 Novembro de 2018	Realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia
b.3	13ª Emissão	R\$ 400.000	Dezembro de 2015	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 20.000 R\$ 20.000 R\$ 40.000 R\$ 40.000 R\$ 80.000 R\$ 80.000 R\$ 80.000 R\$ 40.000	Maio de 2013 Maio de 2014 Maio de 2015 Dezembro de 2015 Maio de 2017 Maio de 2018 Maio de 2019 Maio de 2020	Pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010
b.4	14ª Emissão	R\$ 600.000	Novembro de 2011	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 60.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000	Novembro de 2018 Novembro de 2019 Novembro de 2020 Novembro de 2021	Recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012
b.5	15ª Emissão	R\$ 750.000	Outubro de 2012	CDI + 1,24%	Semestrais	Anual R\$ 250.000 R\$ 429.790 R\$ 35.100 R\$ 35.110	Outubro de 2016 Maio de 2017 (*) Outubro de 2017 Outubro de 2018	Pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's Citibank S.A.)
b.6	FINEP 1	R\$ 37.096	Fevereiro de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação
	FINEP 2	R\$ 55.301	Abril de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.7	Bradesco (CCB's)	R\$ 600.000	Novembro de 2009	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 30.000 R\$ 30.000 R\$ 60.000 R\$ 60.000 R\$ 120.000 R\$ 120.000 R\$ 60.000	Novembro de 2012 Novembro de 2013 Novembro de 2014 Novembro de 2015 Dezembro de 2015 Agosto de 2017 Novembro de 2018 Novembro de 2019	Liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009
b.8	FINEM - Subcrédito A FINEM - Subcrédito B FINEM - Subcrédito C FINEM - Subcrédito E FINEM - Subcrédito D	R\$ 172.000	Fevereiro de 2015	TJLP + 4,22% SELIC + 4,22% 9,5% SELIC + 3,20% TJLP	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021	Implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
b.9	18ª Emissão (1ª série)	R\$ 200.000	Julho de 2015	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral Única R\$ 9.520 R\$ 19.120	Outubro de 2017 a Abril de 2022 Julho de 2022	Reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017
b.9	18ª Emissão (2ª série)	R\$ 200.000		CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral Única R\$ 9.520 R\$ 19.120	Outubro de 2017 a Abril de 2022 Julho de 2022	
b.10	19ª Emissão	R\$ 320.000	Dezembro de 2015	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral R\$ 35.552 Única R\$ 35.584	Junho de 2017 a Dezembro de 2020 Julho de 2021	Resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias – 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vencidas em 2015 e 2016 da CCB Bradesco e da parcela de principal vencida em 2016 da 13ª emissão de debêntures
b.11	FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	R\$ 67.000 R\$ 66.999 R\$ 20.235 R\$ 22.875	Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Junho de 2016	TJLP + 4,07% SELIC + 4,15% SELIC + 4,15% 9,5%	Trimestral até a carência (15/07/2016). A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de agosto de 2016)	Janeiro de 2022	Programa de investimento objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
b.12	CCB - Banco ABC (I)	R\$ 70.000	Maio de 2017	CDI + 3,19%	Semestrais	R\$ 14.000 R\$ 18.667 R\$ 18.667 R\$ 18.667	Janeiro de 2017 Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020	Reforço de capital de giro

Vencimento: As datas destacadas em negrito representam vencimentos futuros.

(*) Vide nota explicativa nº 16.2 (a.3)

Alterações realizadas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017:

CCB – Banco ABC (I) (b.12): Em 11 de maio de 2017, foi assinado o 1º aditamento deste empréstimo, sendo alterados: (i) os juros remuneratórios, que passaram de CDI + 4,60% para CDI + 3,19%; (ii) o prazo final, passando de 21 de dezembro de 2018 para 27 de abril de 2020; e (iii) a forma de pagamento da dívida, passando as parcelas de principal e juros a serem pagas conforme o fluxo detalhado no quadro anterior (item b.12). Não houve custos com a obtenção deste aditamento.

Notas Explicativas

Para os demais empréstimos, financiamentos e debêntures, não houve alterações relevantes em suas características durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

c) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro registrado em 30 de setembro de 2017 era de R\$ 76.826 (R\$ 76.722 em 31 de dezembro de 2016) no passivo, e R\$ 67.019 (R\$ 69.645 em 31 de dezembro de 2016) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	30.09.2017		31.12.2016	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.932.799	87,62	2.709.299	85,50
SELIC	152.417	4,55	168.107	5,31
TJLP	94.688	2,83	111.797	3,53
Taxa fixa	167.434	5,00	179.412	5,66
Total	3.347.338	100,00	3.168.615	100,00

16.4 Em 30 de setembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
2018	140.823	249.701	19.951	(3.888)	406.587
2019	216.966	477.264	11.744	(12.259)	693.715
2020	147.934	737.598	7.959	(7.455)	886.036
2021	60.255	662.078	3.664	(2.598)	723.399
2022 em diante	19.828	166.653	5.516	(196)	191.801
	585.806	2.293.294	48.834	(26.396)	2.901.538

16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.09.2017	31.12.2016
	%	%
CDI (*)	8,14	13,63
SELIC (*)	8,15	13,65
TJLP (*)	7,00	7,50

(*) Índice do último dia do período.

Notas Explicativas

16.6 A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos (i)	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos principal (ii)	Pagamentos encargos financeiros	Migração de credores (*)	Diferimento custos de transação (iii)	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 30.09.2017
Moeda nacional											
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	59.727	-	2.550	458	(8.563)	(2.575)	-	-	-	3.015	54.612
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	322.573	-	27.424	-	(120.000)	(53.386)	-	-	2.046	-	178.657
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I)	82.247	-	6.130	-	(14.000)	(16.672)	-	-	431	-	58.136
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II)	-	41.000	2.042	-	-	-	-	(1.834)	325	-	41.533
FINEM - Subcrédito A	47.771	-	3.229	366	(8.432)	(3.276)	-	-	-	-	39.658
FINEM - Subcrédito B	57.834	-	1.700	4.281	(10.624)	(1.720)	-	-	-	-	51.471
FINEM - Subcrédito C	21.891	-	1.355	-	(3.848)	(1.375)	-	-	-	-	18.023
FINEM - Subcrédito D	808	-	33	6	(143)	(33)	-	-	-	-	671
FINEM - Subcrédito E	21.333	-	478	1.579	(3.920)	(484)	-	-	-	-	18.986
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	63.717	-	4.313	495	(9.401)	(4.386)	-	-	-	-	54.738
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	68.546	-	2.013	5.147	(10.526)	(2.044)	-	-	-	-	63.136
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	20.701	-	609	1.554	(3.179)	(617)	-	-	-	-	19.068
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	21.403	-	1.346	-	(3.145)	(1.365)	-	-	-	-	18.239
Notas promissórias - 3ª emissão	-	100.000	7.738	-	(4.545)	(301)	-	(1.180)	228	-	101.940
Outros	275	-	2.478	-	-	(2.478)	-	-	-	-	275
Total - Empréstimos e financiamentos	788.826	141.000	63.438	13.886	(200.326)	(90.712)	-	(3.014)	3.030	3.015	719.143
Debêntures:											
Debêntures - 9ª emissão	102.728	-	4.904	-	(4.889)	(8.350)	(80.482)	-	669	-	14.580
Debêntures - 11ª emissão	100.638	-	9.349	-	-	(6.993)	-	-	657	-	103.651
Debêntures - 13ª emissão	279.242	-	22.234	-	(80.000)	(19.134)	-	-	2.202	-	204.544
Debêntures - 14ª emissão	595.175	-	54.774	-	-	(40.746)	-	-	2.324	-	611.527
Debêntures - 15ª emissão	500.894	-	24.837	-	-	(34.913)	(422.164)	114	4.145	-	72.913
Debêntures - 17ª emissão (2ª série)	96.404	-	614	-	(90.000)	(7.033)	-	-	15	-	-
Debêntures - 18ª emissão (1ª série)	205.688	-	20.011	-	-	(21.773)	-	-	204	-	204.130
Debêntures - 18ª emissão (2ª série)	205.616	-	20.012	-	-	(21.773)	-	-	218	-	204.073
Debêntures - 19ª emissão	319.462	-	30.942	-	(71.104)	(31.704)	-	-	1.017	-	248.613
Debêntures - 20ª emissão	-	185.896	28.230	-	-	-	502.646	(3.155)	1.518	-	715.135
Debêntures - 21ª emissão	-	271.000	2.875	-	-	-	-	(3.750)	79	-	270.204
Total - Debêntures	2.405.847	456.896	218.782	-	(245.993)	(192.419)	-	(6.791)	13.048	-	2.649.370
Arrendamento financeiro	76.722	15.977	12.397	-	(23.337)	-	-	-	-	(4.933)	76.826
Total - Arrendamento financeiro	76.722	15.977	12.397	-	(23.337)	-	-	-	-	(4.933)	76.826
Total da dívida	3.271.395	613.873	294.617	13.886	(469.656)	(283.131)	-	(9.805)	16.078	(1.918)	3.445.339

(*) Vide nota explicativa nº 16.2 (a.3).

Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

	30.09.2017			
Movimentação das dívidas (i) + (ii) + (iii)	Alterações de não caixa:	Alterações de caixa:		Demonstração do Fluxo de Caixa
	Arrendamento financeiro	Custos de transação não diferidos - 20ª emissão (*)	Custos de transação Reorganização societária (**)	
Atividades de financiamento:				
Ingresso de novos empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro	613.873	(15.977)	-	597.896
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(446.319)	-	-	(446.319)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(23.337)	-	-	(23.337)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(9.805)	-	(8.726)	(40.608)
Total	134.412	(15.977)	(8.726)	87.632

(*) Os custos de transação com a 20ª emissão de debêntures totalizaram R\$ 11.881, sendo diferido somente o montante de R\$ 3.155. O montante de R\$ 8.726 não foi diferido, pois a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos da 9ª e 15ª emissões de debêntures, que foram parcialmente liquidadas mediante dação em pagamento, com o ingresso da 20ª emissão de debêntures.

(**) O montante de R\$ 22.077 refere-se aos custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos debenturistas durante o processo de reorganização societária concluído em 30 de dezembro de 2016. Os custos foram diferidos em dezembro de 2016 e pagos em janeiro de 2017.

16.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Notas Explicativas

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado (*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Em 30 de setembro de 2017, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 2,57 vezes;
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,65 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2017 foram atendidos.

- (*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

17. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 4,22%, conforme a faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo

Notas Explicativas

implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2016.

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2017
Saldo inicial	3.777.347
Despesa do período conforme laudo atuarial	291.984
Pagamento de contribuições	(336.414)
Saldo final	3.732.917

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Custo dos serviços correntes	3.748	11.244	4.707	11.104
Custo dos juros	294.638	883.914	294.905	858.934
Rendimento esperado dos ativos do plano	(201.058)	(603.174)	(202.592)	(613.292)
Total das despesas benefício definido	97.328	291.984	97.020	256.746
Capitalização para o intangível em curso	(498)	(1.088)	(320)	(994)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.010	3.000	890	1.474
Total das despesas no período	97.840	293.896	97.590	257.226

17.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

NÃO CIRCULANTE	30.09.2017	31.12.2016
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida IIa (i)	419.351	435.236
Confissão de dívida IIb (i)	217.670	225.915
Contrato de ajustes de reserva matemática (i)	2.743.579	2.902.614
Total do contrato	3.380.600	3.563.765
Diferença entre premissas (ii)	352.317	213.582
Total registrado	3.732.917	3.777.347

- (i) Informações relativas aos contratos de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática podem ser verificadas na nota explicativa nº 18 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- (ii) A parcela do déficit no montante de R\$ 352.317 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

Notas Explicativas

18. Obrigações sociais e trabalhistas

CIRCULANTE	30.09.2017	31.12.2016
Encargos sobre folha de pagamento	7.169	7.642
Folha de pagamento - Outros	210	57
Férias	43.046	42.931
Provisão - 13º salário	22.533	-
Participação nos lucros e resultados	23.907	46.179
Encargos sociais sobre férias e gratificações	24.088	16.085
Bônus (*)	2.023	2.840
Total	122.976	115.734
NÃO CIRCULANTE		
Bônus (*)	769	743
Total	769	743

- (*) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais da The AES Corporation. Representa 50% do Incentivo de Longo Prazo (ILP) de cada diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pela Companhia por não se tratar de remuneração baseada em ações. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

19. Provisões para processos judiciais e outros

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Processos trabalhistas (a)	256.107	244.935	226.169	203.042
Processos cíveis (b):				
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b.1)	14.130	15.512	1.367	3.962
Outros processos cíveis (b.2)	18.855	16.681	2.371	764
Autos de infração - Fundação Procon (b.3)	13.949	12.969	-	-
Imobiliário	192	178	-	7
Processos regulatórios (c)	59.013	63.116	-	-
Processos fiscais (d)				
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	82.184	60.939	89.067	67.955
Outros processos fiscais (d.2)	90.018	74.142	3.265	3.426
Processos ambientais (e)	7.169	10.164	-	-
Outros processos	10.174	24.546	-	-
Total	551.791	523.182	322.239	279.156
Circulante	207.558	163.602		
Não circulante	344.233	359.580		
Total	551.791	523.182		

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 537.997 (R\$ 491.806 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2017	31.12.2016
Processos prováveis	322.239	279.156
Processos possíveis	159.942	151.548
Processos remotos	55.816	61.102
Total	537.997	491.806

As movimentações das provisões dos processos judiciais e outros foram como segue:

	Passivo				
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Saldo final 30.09.2017
Processos trabalhistas	244.935	76.804	13.391	(35.565)	256.107
Processos cíveis:					
Plano cruzado - reajuste de tarifa	15.512	165	976	(1.607)	14.130
Processos cíveis	16.681	30.321	1.451	(17.039)	18.855
Autos de infração - Fundação Procon	12.969	-	980	-	13.949
Imobiliário	178	3	15	(1)	192
Processos regulatórios	63.116	685	4.499	(8.695)	59.013
Processos fiscais:					
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	60.939	16.225	5.020	-	82.184
Outros processos fiscais	74.142	14.359	5.207	(328)	90.018
Processos ambientais	10.164	1.167	202	(4.043)	7.169
Outros processos	24.546	745	52	-	10.174
Total	523.182	140.474	31.793	(67.278)	551.791
Circulante	163.602				207.558
Não circulante	359.580				344.233
Total	523.182				551.791

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- a) Processos trabalhistas: A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.249 processos (4.190 processos em 31 de dezembro de 2016) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 2.266 processos (2.005 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2017 e 2023.
- b) Processos cíveis:
 - b.1) Plano cruzado – reajuste de tarifa: Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 14.130 (R\$ 15.512 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.
 - b.2) Outros processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 30 de setembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 18.855 (R\$ 16.681 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da

Notas Explicativas

Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 16.779 (R\$ 14.725 em 31 de dezembro de 2016).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam o poder concedente, a agência reguladora setorial, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 2.076 (R\$ 1.956 em 31 de dezembro de 2016).

- b.3) Autos de Infração – Fundação Procon-SP: A Fundação Procon-SP lavrou três autos de infração (AIs nºs 2494/2006, 3775/2010 e 5263/2010), entre 2006 e 2013, em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor. Os três autos de infração foram questionados e mantidos na esfera administrativa. A Companhia apresentou ações judiciais anulatórias contra os autos de infração, que tiveram decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância. Atualmente, os processos aguardam julgamento nos tribunais superiores. Em 30 de setembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 13.949 (R\$ 12.969 em 31 de dezembro de 2016).
- c) Processos regulatórios: A Companhia está envolvida em processos regulatórios para os quais registra provisão no montante, atualizado até 30 de setembro de 2017, correspondente a R\$ 59.013 (R\$ 63.116 em 31 de dezembro de 2016). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Não houve alterações relevantes no andamento dos Autos de Infração em relação às informações descritas na explicativa nº 20.1 (c) das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.
- d) Processos fiscais:
- d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2017, corresponde a R\$ 82.184 (R\$ 60.939 em 31 de dezembro de 2016) e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 89.067. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

Notas Explicativas

- d.2) Outros processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 30 de setembro de 2017 montam R\$ 90.018 (R\$ 74.142 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.
- e) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 30 de setembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 7.169 (R\$ 10.164 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia estima que os atuais processos serão concluídos até 2019, entretanto, são abertos novos processos continuamente para atendimento aos órgãos ambientais.

Dentre os casos atualmente provisionados, a Companhia destaca, nos itens seguir, as alterações relevantes ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. Para a demanda “Represa Guarapiranga”, não houve alterações relevantes em relação às informações descritas na nota explicativa nº 20.1 (e) das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A descrição e o histórico detalhado dos processos ambientais podem ser verificados na referida nota.

- e.1) Complexo Cambuci: Em 18 de janeiro de 2017, foi protocolado o último relatório de monitoramento para encerramento na CETESB e o pedido de encerramento das campanhas de monitoramento. Concomitantemente à realização do último monitoramento, a CETESB emitiu Parecer Técnico, recebido em fevereiro de 2017, solicitando esclarecimentos e revisões sobre o estudo realizado pela atual proprietária do imóvel (GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda.). Na sequência, foram realizadas reuniões com a atual proprietária para encaminhamento das ações necessárias, sendo protocolado em 10 de abril de 2017 o ofício de resposta ao parecer. As coletas das amostras pela CETESB foram encerradas em abril de 2017, entretanto, não há previsão para entrega dos resultados e avaliação da CETESB. A CETESB emitiu, em junho de 2017, um parecer técnico sobre o encerramento dos monitoramentos, solicitando estabelecer novos prazos de monitoramento a partir da elaboração de modelos matemáticos e esclarecimentos sobre os estudos da compradora, parte já esclarecidos na resposta ao Parecer anterior, em abril de 2017. A modelagem matemática foi realizada e indicou a necessidade mais 3 campanhas com periodicidade anual. Este documento será protocolado no órgão ambiental em outubro de 2017. Em 11 de maio de 2017, a Companhia foi notificada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sobre a existência de um Inquérito Civil instaurado para investigar eventual contaminação na área, do qual a Companhia não é parte investigada, solicitando esclarecimentos técnicos e a entrega de relatórios relacionados ao gerenciamento da remediação em curso perante a CETESB. Em 23 de junho de 2017, a Companhia apresentou o material solicitado pelo promotor e permanecerá monitorando o caso.
- e.2) Miguel Yunes: A investigação em água e solo foi finalizada, restando os monitoramentos da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB, que estão em andamento. O reaterro da área para nivelamento foi finalizado em março de 2017. A CETESB emitiu o Parecer Técnico solicitando esclarecimentos e investigação adicional para o imóvel. A Companhia está investigando as áreas solicitadas pelo órgão ambiental e avaliando alternativas técnicas para

Notas Explicativas

atendimento integral do parecer em questão e entrará em contato com o órgão ambiental para alinhar as ações adicionais a serem realizadas.

- e.3) Estações Transformadoras de Distribuição: Novos processos foram abertos em 2015, 2016 e 2017 em decorrência da ampliação das subestações e acidentes ambientais, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Estas áreas são acompanhadas pela Companhia e seus estudos ocorrem conforme determinação da CETESB. A Companhia estima a necessidade de monitoramentos de cada área remediada no prazo de até dois anos. Caso haja a necessidade de aplicação de medidas institucionais, como restrição de consumo de água subterrânea, por exemplo, existe a necessidade de se definir o prazo de acompanhamento de tal medida a partir da elaboração de modelo matemático analítico, conforme preconizado pela Decisão de Diretoria nº 038/2017/C (CETESB), publicada em 7 de fevereiro de 2017.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	30.09.2017	31.12.2016
Processos cíveis (a)	2.417.452	2.382.074
Processos fiscais (b)	1.775.234	1.560.087
Processos regulatórios (c)	1.072.205	1.065.271
Processos trabalhistas (d)	Não determinado	Não determinado
Imobiliário	23.949	15.636
Total	5.288.840	5.023.068

A Companhia apresenta a seguir as principais movimentações dos processos judiciais ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. Maiores detalhes acerca dos processos judiciais podem ser verificados na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(a) Processos cíveis:

Na tabela a seguir estão apresentadas as principais contingências passivas relacionadas aos processos cíveis, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$ 10.000 e relevância do tema.

Notas Explicativas

Processos cíveis:

CTEEP/Eletróbrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986 (a.1)
 Autuação PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
 Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento
 Ações Anulatórias – Multas de Trânsito (a.2)
 Ação indenizatória – Coração Sertanejo (a.3)
 Outros processos cíveis (a.5)

Valor estimado da contingência	
30.09.2017	31.12.2016
2.034.145	1.957.346
74.535	70.224
18.096	16.625
63.653	80.872
Alterado para remoto	21.828
227.023	235.179
2.417.452	2.382.074

Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública
 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais
 Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal
 Uso da faixa de domínio de rodovias
 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias
 Ação indenizatória – Shopping Balneário de Santos
 Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC (a.4)

Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado

Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 Não determinado
 -

(a.1) CTEEP/Eletróbrás – Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em 18 de abril de 2017, a Juíza determinou a intimação do perito judicial para: (i) se manifestar sobre as impugnações ao laudo feitas pela Companhia, bem como (ii) para que analise os novos questionamentos feitos pelas partes, e, caso considere que os quesitos são realmente suplementares aos já respondidos no laudo anterior, que solicite o que entender de direito.

Em 12 de julho de 2017, a Eletrobrás apresentou manifestação solicitando que seja rejeitado o critério apresentado pela Companhia para o cálculo da dívida.

Em 9 de agosto de 2017, foi certificado o trânsito em julgado da decisão que declarou que a discussão sobre a responsabilidade pelo pagamento da dívida deve ocorrer na ação principal e não na ação declaratória movida pela CTEEP.

Após a conclusão da perícia, o juiz, a seu critério, poderá designar audiência para questionamento de testemunhas, do próprio perito e dos respectivos assistentes técnicos das partes. Após a produção de todas as provas, o juiz deverá proferir decisão de mérito declarando a parte responsável pelo pagamento da dívida.

O valor de R\$ 2.034.145 segue os critérios de correção postulados pela Eletrobrás quando do início da execução. Contudo, o valor da dívida, a quem couber, segundo o critério de cálculo defendido pela Companhia, em 30 de setembro de 2017 seria de R\$ 948.680 (conforme o fator de correção monetária anual divulgado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).

Em 4 de outubro de 2017, a Companhia firmou um Memorando de Entendimentos (“MoU”) com a Eletrobrás para estabelecer os critérios para a instauração de procedimento de mediação para negociar eventual acordo visando encerrar o processo.

Em 19 de outubro de 2017, a Companhia e a Eletrobrás apresentaram ao juiz, conjuntamente, um pedido de suspensão do processo judicial pelo prazo de 60 dias com o objetivo de concluir o processo de mediação. Esse prazo poderá ser estendido caso as partes repute necessário, mediante novo pedido de suspensão em juízo.

A assinatura do MoU não produz qualquer impacto imediato nos resultados da Companhia, uma vez que a efetivação de eventual acordo estará ainda sujeita a determinadas condições precedentes, inclusive as aprovações societárias necessárias.

Notas Explicativas

Vale ressaltar que a assinatura do MoU não implica em reconhecimento de teses e responsabilidades sustentadas no processo judicial e não altera a probabilidade de perda deste processo, a qual continua a ser avaliada como possível tanto pelos assessores legais internos e externos, quanto pela Administração.

(a.2) Ações Anulatórias – Multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 10 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. A redução do valor envolvido, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, se deve ao trânsito em julgado de decisões favoráveis obtidas.

(a.3) Ação indenizatória – Coração Sertanejo

Em março de 2006 o Coração Sertanejo Bar e Restaurante Ltda. ME. moveu ação judicial em face da Companhia, visando à indenização por danos materiais e morais em razão de suposto corte indevido no fornecimento de energia. A demanda foi julgada procedente em março de 2009 e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em maio de 2011 para fixar condenação em lucros cessantes e danos materiais acrescidos de correção monetária e juros moratórios. Em setembro de 2011, o autor apresentou cálculo em sede de cumprimento de sentença no valor de R\$ 8.693 além de multa de 10% pelo não cumprimento voluntário. A Companhia apresentou impugnação ao cálculo, que foi acolhida integralmente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para reduzir a condenação da Companhia a apenas lucros cessantes no valor de R\$ 65 mais correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês, a partir de 30 de setembro de 2006, que se tornou incontroverso e efetivamente pago pela Companhia. Em julho de 2015, o Coração Sertanejo interpôs recurso especial e extraordinário contra a parcela da decisão do Tribunal de Justiça, que reduziu a condenação da Companhia. Em 14 de setembro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao Recurso Especial do Coração Sertanejo. Com a decisão, o prognóstico do caso foi alterado para remoto.

(a.4) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (1) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (2) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

No dia 17 de março de 2017, foi deferido em 1ª instância pedido liminar, determinando a cessação da cobrança dos serviços atípicos na fatura de energia elétrica sem a solicitação expressa do consumidor; o reestabelecimento do fornecimento de energia aos consumidores que não efetuaram o pagamento de faturas que contivessem a cobrança de serviços atípicos; bem como que a Companhia se abstenha de interromper o fornecimento para aqueles consumidores que não solicitarem expressamente o serviço e que não efetuem o pagamento de faturas que contenham a cobrança de serviços atípicos. Em 10 de abril de 2017, a Companhia apresentou agravo de instrumento para suspender a liminar deferida e em 8 de junho de 2017, foi dado provimento ao recurso para complementar a decisão, determinando que a Companhia emita nova cobrança para todos os consumidores que se encontravam inadimplentes com relação a faturas que incluíam cobrança por serviços atípicos, sem a inclusão da contraprestação por tais serviços e, uma vez pagas as faturas pelos consumidores, que o serviço seja

Notas Explicativas

restabelecido em até 24 horas contadas do pagamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual momento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.5) Outros processos cíveis

Outros processos cíveis são aqueles em que a Companhia figura no polo passivo e envolvem questões de contencioso massificado, como, por exemplo, ações indenizatórias de cunho consumerista vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica, queima de aparelhos eletrodomésticos, entre outras. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava envolvida em 3.781 ações desta natureza (3.560 ações em 31 de dezembro de 2016).

Processos cíveis sem alterações relevantes:

Os processos cíveis não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores, podendo sua descrição e histórico detalhado ser verificados na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(b) Processos fiscais:

Na tabela a seguir estão apresentadas as principais contingências passivas relacionadas aos processos fiscais, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$ 10.000.

	Valor estimado da contingência	
	30.09.2017	31.12.2016
<u>Processos fiscais:</u>		
Recolhimento do FGTS	91.292	88.953
PASEP - Suspensão de Exigibilidade (b.1)	Cancelado	41.070
NFLDs - Execuções Fiscais	50.531	49.541
CSLL - Base Negativa (b.2)	143.388	138.423
Execuções Fiscais Municipais - Diversas	180.944	169.703
PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	49.394	49.394
PIS - Estatuto da Decadência (b.3)	233.746	228.962
Finsocial	208.154	199.267
COFINS - Anistia (b.4)	156.480	153.629
COFINS - Multa de Ofício (b.5)	58.988	58.988
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	144.964	137.902
Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas	17.620	16.509
Auto de infração de ICMS - Processo 4034320-0	31.520	29.433
Auto de infração de ICMS - Processo 4034485-0	21.024	19.676
Auto de infração de ICMS - Processo 4056706-0	47.162	43.828
Execução fiscal de ICMS - Processo 89613414 (b.6)	21.772	20.641
Auto de infração de ICMS nº. 4.083.951-5 (b.7)	21.059	19.441
Auto de infração de PIS e COFINS - Glosa de créditos - 2013 (b.8)	17.568	-
Auto de infração de IRPJ e de CSLL - Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão (b.9)	164.823	-
Outros processos fiscais	114.805	94.727
	1.775.234	1.560.087

(b.1) PASEP – suspensão de exigibilidade

Em julho de 2017, o recurso de apelação interposto pela Companhia contra a decisão desfavorável de 1ª instância foi julgado e provido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região. Em 9 de outubro de 2017, diante da ausência de recurso da Fazenda Nacional, foi certificado o trânsito em julgado da decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Com isto, o caso foi encerrado favoravelmente à Companhia com o cancelamento integral da exigência de contribuição ao PASEP.

Notas Explicativas**(b.2) CSLL – base negativa**

Em abril de 2017, a União Federal interpôs Recurso Especial contra a decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento deste recurso.

(b.3) PIS – Estatuto da decadência

Em março de 2017, foram proferidas decisões pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre a admissibilidade dos recursos interpostos pela Companhia às Cortes Superiores (STJ e STF) contra a decisão desfavorável de 2ª instância, sendo que o recurso especial teve seguimento negado em seu mérito, pela alegação de que confrontava decisão do STJ em caso representativo de controvérsia e, quanto às alegações de nulidade, o recurso não foi admitido. O recurso extraordinário, por sua vez, não foi admitido. Contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial, foi interposto recurso (agravo interno) ao próprio TRF, que aguarda julgamento. Foram, também, interpostos recursos (agravos) diretamente ao STJ e ao STF. Estes recursos somente serão processados após o encerramento do julgamento do agravo interno pelo TRF. Em abril de 2017, o Juiz de 1ª instância determinou a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional para manifestação quanto a eventual interesse no prosseguimento da execução fiscal, mesmo na pendência de recursos da Companhia nas instâncias superiores. A Procuradoria, então, apresentou pedido de execução da garantia, ou seja, de substituição da fiança bancária que garante a ação por depósito judicial em dinheiro. Em setembro de 2017, este pedido foi indeferido pelo Juiz de 1ª instância. Atualmente, aguarda-se a intimação da Procuradoria e eventual interposição de recurso.

(b.4) COFINS – anistia

Em julho de 2017, os Embargos Infringentes opostos pela Companhia contra a decisão desfavorável de 2ª instância foram julgados e não foram acolhidos. Em agosto de 2017, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais aguardam julgamento.

(b.5) COFINS – Multa de Ofício

Em fevereiro de 2017, a Companhia foi citada para apresentar defesa na execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional. A Companhia apresentou Exceção de Pré-Executividade pugnando pela retificação da Certidão de Dívida Ativa que embasa a exigência e, atualmente, aguarda-se a apreciação deste pedido pelo Juiz de 1ª instância.

(b.6) Execução fiscal de ICMS – Processo 89613414

Em setembro de 2017, o STJ negou seguimento ao recurso especial. Contra esta decisão, a Companhia interpôs novo recurso de agravo, o qual, atualmente, aguarda julgamento pelo STJ.

(b.7) Auto de infração de ICMS nº 4.083.951-5

Em dezembro de 2016, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra a Companhia em face de suposta utilização indevida de créditos de ICMS relativos à aquisição de bens direcionados ao ativo imobilizado, alegando destinação a uso e consumo, bem como valor superior ao passível de apropriação. Em abril de 2017, foi proferida decisão administrativa de 1ª instância desfavorável à Companhia. Em maio de 2017, apresentamos recurso contra esta decisão, o qual aguarda julgamento.

Notas Explicativas**(b.8) Auto de infração de PIS e COFINS – Glosa de créditos – 2013**

Em 26 de junho de 2017, a Companhia foi cientificada da lavratura de auto de infração pela Receita Federal Brasil (RFB) em que lhe foi exigido o pagamento de supostos débitos de PIS e de COFINS relativos a fatos geradores ocorridos em 2013, decorrentes da glosa de créditos destas contribuições apropriados na aquisição de mercadorias e de serviços de terceiros. Em julho de 2017, a Companhia apresentou sua impugnação que, atualmente, aguarda julgamento. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam o prognóstico de perda deste caso como remoto para aproximadamente 93% da exigência, cuja quantia está relacionada à tomada de créditos na compra de energia da Usina de Itaipu. O montante remanescente é classificado com perda possível.

(b.9) Auto de infração de IRPJ e de CSLL – Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão

Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL sob o argumento de suposta falha no pagamento destes tributos durante os anos de 2001 e 2002, em face da dedução, na integralidade, de valores pagos a título de previdência suplementar de seus empregados. A RFB alega que tal dedução estaria sujeita a uma limitação de 20%. A defesa apresentada pela Companhia contra a atuação não foi acolhida. Diante da decisão proferida, foi apresentado recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que não foi provido. A Companhia interpôs, então, recurso à Câmara Superior do CARF, o qual também não foi provido. Em julho de 2017, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais não foram acolhidos. Com esta decisão, a discussão na esfera administrativa foi encerrada e o caso será discutido judicialmente. Como o tema ainda não está definido na esfera judicial, os assessores jurídicos da Companhia alteraram, em 2017, o prognóstico de perda deste caso, que até então era remoto, para possível.

Processos fiscais sem alterações relevantes:

Os processos fiscais não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores, podendo sua descrição e histórico detalhado ser verificados na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(c) Processos regulatórios:

Na tabela a seguir estão apresentadas as principais contingências passivas relacionadas aos processos regulatórios, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$ 10.000.

Processos regulatórios:

Devolução tarifária - Base Blindada	
Auto de Infração nº 1014/2015 (c.1)	
Auto de Infração nº 122/2012-SFF - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória	
Auto de Infração nº 0014/2015	
Auto de Infração nº 001/2016	
Auto de Infração nº 008/2012	
Outros processos regulatórios	

Valor estimado da contingência	
30.09.2017	31.12.2016
757.344	773.609
Cancelado	Cancelado
165.690	153.614
13.642	11.138
37.786	35.084
84.451	78.156
13.292	13.670
1.072.205	1.065.271

Notas Explicativas**(c.1) Auto de Infração nº 1014/2015**

Em 8 de janeiro de 2015 a Companhia recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFF"), através do qual a ANEEL determinou que a Companhia procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora.

Em 23 de janeiro de 2015, a Companhia protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo a correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e solicitando o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

Em 5 de maio de 2015, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 1014/2015-SFF no montante de R\$ 143.324 em função do descumprimento do TN 73/2014, para o qual não fora constituído provisão em razão dos pareceres jurídicos. Após o protocolo de recurso administrativo, na data de 22 de novembro de 2016 a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho 3.042/2016, conheceu o recurso dando provimento parcial, julgando pela (i) anulação do AI 1014/2015 e (ii) manutenção da determinação de provisão do valor de R\$ 626.052 em até 30 (trinta) dias. Em 12 de dezembro de 2016 a Companhia protocolou pedido de reconsideração frente ao Despacho 3.042/2016 quanto à determinação da provisão.

Em 08 de agosto de 2017, foi publicado o Despacho nº 2.389, pelo qual o Diretor Geral da ANEEL conheceu o recurso da Companhia para tornar sem efeito a determinação de provisionamento constante da decisão do dia 22 de novembro de 2016. Desta forma, o processo administrativo foi encerrado sem nenhuma penalidade ou determinação à Companhia.

Processos regulatórios sem alterações relevantes:

Os processos regulatórios não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores, podendo sua descrição e histórico detalhado ser verificados na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(d) Processos trabalhistas:

Na tabela a seguir estão apresentadas as principais contingências passivas relacionadas aos processos trabalhistas, considerando a relevância do tema.

Processos trabalhistas:

Ação Civil Pública – Terceirização (d.1)
Ações de periculosidade - Sede barueri (d.2)

Valor estimado da contingência	
30.09.2017	31.12.2016
Não determinado	Não determinado
Não determinado	-

(d.1) Ação civil pública - Terceirização

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando Ordem Liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico

Notas Explicativas

aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de *dumping* social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia verificou que foi negado o Pedido Liminar feito pelo MPT. A Companhia apresentou defesa em audiência em 21 de março de 2017, tendo o juiz designado audiência de produção de provas para 21 de julho de 2017.

Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia na ação, o risco de condenação na ação é possível e o risco de eventual concessão do pedido liminar é remoto. Apesar do valor pleiteado na ação ser de R\$ 120.000, na avaliação do escritório o valor envolvido é inestimável, pois não há previsão legal que fixe tais valores e, ainda, em razão da subjetividade envolvida na sua definição pelo juiz. Dessa forma, a Administração da Companhia, suportada por seus assessores jurídicos internos e externos, concluiu que, em 30 de setembro de 2017, não se faz necessário o registro de provisão para esse tema.

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri

Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando pagamento do adicional de periculosidade para todos os colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). A Companhia foi cientificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017. Todas as ações foram unificadas e se encontram em fase inicial para produção de provas. Realização de perícia agendada para 25 de janeiro de 2018. A Audiência de instrução foi designada para 20 de março de 2018. Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia na ação, o risco de condenação na ação é possível. Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	50	1.753.855	0,34% a 3,25%
Cível	42	423.704	0,34% a 3,25%
Trabalhista	71	144.896	0,34% a 3,25%

Notas Explicativas**20. Encargos setoriais**

	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	49.907	19.563
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	2.266	1.684
Ministério de Minas e Energia	1.133	842
Eficiência energética	50.232	49.828
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vide nota explicativa nº 10)	187.209	366.307
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ^(*)	100.023	14.931
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.050	1.267
Outros encargos	56	59
Total	391.876	454.481
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	45.246	56.508
Total	45.246	56.508
Total do circulante + não circulante	437.122	510.989

- (*) O saldo de bandeiras tarifárias registrado em setembro de 2017 refere-se ao faturado e não faturado da competência de setembro de 2017, para o qual a Companhia ainda aguarda a divulgação, por meio de nota técnica da ANEEL, dos valores a serem repassados ou recebidos.

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.323.486 (R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 167.343.887 ações, sendo 55.781.296 ações ordinárias e 111.562.591 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 65.857, mediante a capitalização de parte do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sem a emissão de novas ações.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 não houve emissão ou resgate de ações.

Notas Explicativas**21.2 Composição acionária:****Acionistas:**

AES Holdings Brasil Ltda.
 BNDESPar
 União Federal
 Outros
Total das ações ordinárias

30.09.2017		31.12.2016	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
28.179.237	50,52	27.890.749	50,00
12.586.216	22,56	12.397.144	22,22
13.342.384	23,92	13.342.384	23,92
1.673.459	3,00	2.151.019	3,86
55.781.296	100,00	55.781.296	100,00

Acionistas:

BNDESPar
 União Federal
 GWI Asset Management S.A.
 Outros
Total das ações preferenciais
Total das ações

Preferenciais		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
18.764.113	16,82	18.638.053	16,71
258	-	258	-
11.585.400	10,38	5.142.200	4,61
81.212.820	72,80	87.782.080	78,68
111.562.591	100,00	111.562.591	100,00
167.343.887		167.343.887	

Em 26 de janeiro de 2017, encerrou-se o prazo para direito de retirada pelos acionistas da AES Elpa que dissentiram da aprovação de sua cisão parcial, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. A composição acionária em 30 de setembro de 2017 já reflete o exercício do direito de retirada.

21.3 Reservas de capital:

Ações e opções de ações outorgadas
 Reserva especial de ágio na incorporação
Total

30.09.2017	31.12.2016
22.200	21.555
670.897	670.897
693.097	692.452

Informações detalhadas sobre as reservas de capital podem ser verificadas na nota explicativa nº 23.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão, respectivamente. A composição destes saldos é como segue:

Ajuste de avaliação patrimonial
 Imposto de renda e contribuição social diferidos
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido

30.09.2017	31.12.2016
1.507.135	1.591.117
(512.426)	(540.980)
994.709	1.050.137

Outros resultados abrangentes
 Imposto de renda e contribuição social diferidos
Outros resultados abrangentes, líquido
Total registrado no patrimônio líquido

(2.468.018)	(2.468.018)
839.126	839.126
(1.628.892)	(1.628.892)
(634.183)	(578.755)

Notas Explicativas

21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual segue: (i) R\$ 4.719 destinados para a reserva legal; (ii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 22.487, correspondente a R\$ 0,12597593504 por ação ordinária e R\$ 0,13857352854 por ação preferencial, a ser pago até o final do exercício de 2017 em data a ser definida pela Diretoria; (iii) R\$ 1.603 destinados para a reserva estatutária; e (iv) aumento de capital social no montante de R\$ 65.857, sem a emissão de novas ações, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Numerador:				
Lucro (prejuízo) líquido do período	74.261	118.277	(32.539)	1.511
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias ^(*)	55.781	55.781	55.781	55.781
Média ponderada do número de ações preferenciais ^(*)	111.563	111.563	111.563	111.563
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	122.719	122.719	122.719	122.719
Denominador ajustado				
Denominador para resultado básico por ação	167.344	167.344	167.344	167.344
Denominador para resultado básico por ação ajustado	178.500	178.500	178.500	178.500
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)				
Lucro básico por ação ordinária	0,41603	0,66262	(0,18229)	0,00846
Lucro básico por ação preferencial	0,45763	0,72888	(0,20052)	0,00931

(*) Em 5 de dezembro de 2016, foi aprovada a conversão de ações ordinárias em preferenciais, sem alteração do total de ações. Como as ações possuem direitos distintos, para o cálculo do resultado por ação a Companhia considerou a atual composição de ações também para os trimestres e períodos de nove meses comparativos. A Companhia entende que a transação ocorreu sem ingresso de novos recursos, sendo assim necessária ajustar a composição de ações por tipo, como se o evento tivesse ocorrido no início do último exercício apresentado, conforme o pronunciamento CPC 41. Assim, tanto o numerador (resultado líquido do período) quanto denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

Notas Explicativas**Lucro atribuível aos acionistas:**

Período findo em:

01.07.2017 a 30.09.2017

01.01.2017 a 30.09.2017

01.07.2016 a 30.09.2016

01.01.2016 a 30.09.2016

Ordinárias	Preferenciais	Total
23.207	51.054	74.261
36.962	81.315	118.277
(10.168)	(22.371)	(32.539)
472	1.039	1.511

22.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A Companhia possui reserva especial de ágio no montante de R\$ 670.897, que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2017, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio ainda não foram atendidas, em razão de permanecerem em estudo pela Companhia e, após conclusão dos referidos estudos, serão submetidos à aprovação de seus acionistas em Assembleia Geral, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 64,43% para 49,77% em 30 de setembro de 2017, considerando os preços das ações nesta mesma data.

Numerador:

Lucro líquido do período

01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
74.261	118.277

Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva especial de ágio (em milhares de ações):

Média ponderada do número de ações ordinárias

69.758

69.758

Média ponderada do número de ações preferenciais

146.864

146.864

Remuneração das ações preferenciais - 10%

1,10

1,10

Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas

161.550

161.550

Denominador ajustado

Denominador para resultado diluído por ação

216.622

216.622

Denominador para resultado diluído por ação ajustado

231.308

231.308

Lucro diluído por ação (em Reais - R\$)

Lucro diluído por ação ordinária

0,32105

0,51134

Lucro diluído por ação preferencial

0,35315

0,56247

A Companhia não está apresentando o cálculo do lucro por ação diluído para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, visto que o instrumento de diluição (reserva especial do ágio) foi constituído somente em 30 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva especial de ágio:

Período findo em:

01.07.2017 a 30.09.2017

01.01.2017 a 30.09.2017

Ordinárias	Preferenciais	Total
22.396	51.865	74.261
35.670	82.607	118.277

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis intermediárias.

No caso de emissão de ações em favor de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, decorrente do plano de pagamento baseado em ações, este evento não ocasionaria efeito dilutivo significativo na Companhia, uma vez que o valor é imaterial para fins de cálculo.

23. Receita operacional líquida

No trimestre:

Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica

Classe de consumidores:

	01.07.2017 a 30.09.2017			01.07.2016 a 30.09.2016		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Residencial	6.649.553	4.057.943	2.365.839	6.530.683	4.056.870	2.258.286
Industrial	26.719	835.577	435.651	28.057	1.024.914	497.981
Comercial	399.184	2.483.399	1.362.422	402.406	2.765.848	1.418.508
Rural	484	7.950	1.666	458	7.364	795
Poder público	15.976	294.544	143.797	16.119	301.532	139.094
Iluminação pública	2.018	208.765	69.275	2.367	216.176	64.012
Serviço público	1.349	139.373	60.670	1.366	151.368	63.566
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.734.257)	-	-	(1.871.631)
Subtotal - fornecimento	7.095.283	8.027.551	2.705.063	6.981.456	8.524.072	2.570.611
Outras						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	(51.632)	-	-	(41.928)
Não faturado	-	-	48.015	-	-	(122.289)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	1.159	2.532.609	256.337	717	2.082.493	228.974
Transferência para atividades de distribuição	-	-	1.734.257	-	-	1.871.631
Energia no curto prazo	-	146.343	59.858	-	1.602.564	210.299
Receita de construção	-	-	273.683	-	-	191.500
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	77.873	-	-	63.543
Ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº 13	-	-	673.406	-	-	(66.418)
Atualização do ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	-	-	(5.079)	-	-	35.592
Receitas com partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	-	-	460	-	-	782
Outras receitas	-	-	39.723	-	-	38.619
Receita operacional bruta	7.096.442	10.706.503	5.811.964	6.982.173	12.209.129	4.980.916
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(34.647)	-	-	(26.580)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(558.463)	-	-	(654.796)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(19.026)	-	-	(9.768)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(185.480)	-	-	(72)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(3.150)	-	-	(3.799)
ICMS	-	-	(904.983)	-	-	(902.652)
COFINS - corrente	-	-	(277.834)	-	-	(381.606)
PIS - corrente	-	-	(60.047)	-	-	(82.481)
ISS	-	-	(42)	-	-	(44)
Deduções da receita bruta	-	-	(2.043.672)	-	-	(2.061.798)
Receita operacional líquida	7.096.442	10.706.503	3.768.292	6.982.173	12.209.129	2.919.118

Notas Explicativas

No período de nove meses:

Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica

Classe de consumidores:

Residencial	6.649.553	12.102.529	6.747.699	6.530.683	11.936.571	7.088.480
Industrial	26.719	2.512.803	1.254.044	28.057	3.151.874	1.645.548
Comercial	399.184	8.036.030	4.191.549	402.406	9.106.518	4.950.648
Rural	484	23.089	3.896	458	21.870	3.161
Poder público	15.976	921.572	425.981	16.119	949.945	465.723
Iluminação pública	2.018	618.148	193.324	2.367	632.624	203.947
Serviço público	1.349	439.754	181.148	1.366	465.730	209.475
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(5.288.008)	-	-	(6.019.601)
Subtotal - fornecimento	7.095.283	24.653.925	7.709.633	6.981.456	26.265.132	8.547.381
Outras						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	(20.066)	-	-	(8.056)
Não faturado	-	-	(12.943)	-	-	(184.329)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	1.159	7.556.662	766.883	717	6.061.819	709.068
Transferência para atividades de distribuição	-	-	5.288.008	-	-	6.019.601
Energia no curto prazo	-	1.129.770	149.286	-	3.176.401	435.060
Receita de construção	-	-	732.440	-	-	513.521
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	229.983	-	-	186.355
Ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº 13	-	-	730.064	-	-	(1.056.167)
Atualização do ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	-	-	26.718	-	-	127.768
Ressarcimento - Ônus de acordos bilaterais (**)	-	-	69.923	-	-	-
Ressarcimento - Ônus de acordos bilaterais - AES Tietê Energia - nota nº 28.1 (**)	-	-	7.738	-	-	-
Receitas com partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	-	-	1.718	-	-	1.510
Outras receitas	-	-	118.410	-	-	108.577
Receita operacional bruta	7.096.442	33.340.357	15.797.795	6.982.173	35.503.352	15.400.289
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(86.926)	-	-	(77.454)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.693.254)	-	-	(2.039.360)
Encargos do consumidor - PROINFRA	-	-	(65.226)	-	-	(31.801)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(403.243)	-	-	(267.526)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(10.749)	-	-	(10.989)
ICMS	-	-	(2.648.239)	-	-	(2.925.717)
COFINS - corrente	-	-	(1.032.060)	-	-	(1.190.468)
PIS - corrente	-	-	(223.304)	-	-	(257.013)
ISS	-	-	(152)	-	-	(147)
Deduções da receita bruta	-	-	(6.163.153)	-	-	(6.800.475)
Receita operacional líquida	7.096.442	33.340.357	9.634.642	6.982.173	35.503.352	8.599.814

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa” - nota explicativa nº 10.

(**) Vide nota explicativa nº 10.

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

A bandeira tarifária vigente nos meses de janeiro, fevereiro e junho de 2017 foi verde. Nos meses de março, julho e setembro de 2017, a bandeira vigente foi amarela. Nos meses de abril, maio e agosto de 2017, a bandeira vigente foi vermelha. A Companhia registrou os seguintes montantes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017:

Notas Explicativas

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasse à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia
Janeiro/2017	19	-	-	337	356
Fevereiro/2017	50	-	-	261	311
Março/2017	24.082	-	-	11.403	35.485
Abril/2017	67.836	-	-	20.722	88.558
Maió/2017	79.366	-	-	43.663	123.029
Junho/2017	46.401	-	(14.739)	-	31.662
Julho/2017	24.666	-	-	21.050	45.716
Agosto/2017	60.792	-	-	32.441	93.233
Setembro/2017	71.335	28.688	-	-	-
Total	374.547	28.688	(14.739)	129.877	418.350

O montante de R\$ 71.335 refere-se ao faturado da competência setembro de 2017, o qual a Companhia não efetuou estimativa dos custos a serem cobertos pela CCRBT por ainda aguardar a homologação da ANEEL.

A Companhia apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

Competência	Custo total	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias	Saldo ressarcido (devolvido) em Processos Tarifários	Saldo das Bandeiras
Acumulado até Dezembro/2016	(1.746.410)	1.688.433	(186.737)	(244.714)
Janeiro/2017	27.873	356	-	28.229
Fevereiro/2017	29.515	311	-	29.826
Março/2017	35.140	35.485	116.034	186.659
Abril/2017	(116.474)	88.558	-	(27.916)
Maió/2017	(178.107)	123.029	-	(55.078)
Junho/2017	11.716	31.662	-	43.378
Julho/2017	(112.057)	45.716	-	(66.341)
Agosto/2017	(306.898)	93.233	-	(213.665)
Total	(2.355.702)	2.106.783	(70.703)	(319.622)

A Companhia retém o déficit da CCRBT no montante de R\$ 319.622, referente às competências de abril a agosto de 2017, ocasionado principalmente pelos custos com compra de energia (basicamente risco hidrológico e Itaipu). Este montante deverá ser ressarcido no processo tarifário subsequente.

Notas Explicativas**24. Custo do serviço de energia elétrica**

	MWh		R\$			
	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Energia elétrica comprada para revenda:						
Itaipu	6.983.818	6.853.327	(472.516)	(1.401.679)	(422.379)	(1.357.292)
ANGRA 1 e 2	1.064.747	1.224.785	(92.397)	(276.554)	(82.213)	(246.639)
Compra - CCEE	55.559	-	(17.126)	(17.126)	-	-
Compra - CCEAR	12.930.156	16.748.656	(836.347)	(2.601.282)	(1.049.722)	(2.901.103)
Compra - CCEAR - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 28.1	122.648	319.990	-	(18.511)	(14.903)	(45.426)
Quotas de garantia física	7.858.556	7.710.672	(153.869)	(427.235)	(166.715)	(426.600)
Risco hidrológico - nota explicativa nº 13(v)	-	-	(970.963)	(1.338.044)	(85.462)	(191.396)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	10.718	34.826	3.052	32.975
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	229.209	554.793	168.526	471.460
Subtotal	29.015.484	32.857.430	(2.303.291)	(5.490.812)	(1.649.816)	(4.664.021)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	613.118	659.386	(62.665)	(179.846)	(82.731)	(245.696)
Total	29.628.602	33.516.816	(2.365.956)	(5.670.658)	(1.732.547)	(4.909.717)

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da rede básica	(342.299)	(635.433)	(145.598)	(445.904)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(22.981)	(183.900)	(70.782)	(358.812)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	-	35.460	-	-
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (ii)	125.536	167.867	-	-
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(52.670)	(76.883)	(12.081)	(35.019)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(7.200)	(18.880)	(4.845)	(18.565)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(1.831)	(5.012)	(1.652)	(5.017)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(19.642)	(39.952)	(10.140)	(30.841)
(-) Créditos de PIS/COFINS	35.498	86.366	29.876	88.645
Total	(285.589)	(670.367)	(215.222)	(805.513)

(i) Ajustes referente ao alívio retroativo

O ajuste de alívio retroativo é um alívio financeiro dos Encargos de Serviços de Sistema (ESS) associados a todos os agentes com carga modelada na CCEE. Ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

(ii) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva – CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passou a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - ABRACEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEEÓLICA - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

Notas Explicativas

Em 7 de junho de 2016, por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Desta forma, em 30 de setembro de 2017, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 3. A Companhia reconhece os custos de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

25. Outras despesas operacionais

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Ganhos (perdas) na alienação de bens e direitos	3.664	6.113	(3.079)	(3.198)
Arrendamentos e aluguéis	(2.338)	(15.709)	(8.194)	(17.731)
Seguros	(1.044)	(3.166)	(1.093)	(3.093)
Tributos	(11.741)	(37.732)	(12.016)	(34.839)
Doações, contribuições e subvenções	(745)	(2.565)	(766)	(2.845)
Doações - partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	(78)	(354)	-	-
Tarifa bancária	(13.054)	(38.183)	(12.531)	(35.800)
Publicidade	(600)	(1.601)	(1.186)	(3.664)
Responsabilidade social	(40)	(138)	(43)	(721)
Perdas na desativação de bens e direitos	(1.347)	(9.476)	(2.922)	(12.263)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(3.182)	(19.707)	(3.508)	(13.016)
Baixa do ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	(2.971)	(5.962)	(891)	(3.251)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(2.664)	(8.340)	(2.467)	(8.051)
Créditos de PIS/COFINS	296	892	293	882
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(16.205)	(74.577)	(33.949)	(113.236)
Penalidades - devoluções a consumidores	(1.122)	(3.844)	(1.089)	(6.049)
Outros	(2.727)	(11.321)	(520)	(3.167)
Total	(55.898)	(225.670)	(83.961)	(260.042)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

Notas Explicativas

26. Resultado financeiro

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	15.896	52.035	37.517	71.859
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	24.402	76.430	29.326	91.402
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	16.222	51.021	30.638	80.492
Multas contratuais	-	-	4.146	11.885
Subvenções governamentais	991	3.015	1.007	2.877
Atualização de créditos tributários	671	1.358	800	1.104
Atualização monetária dos depósitos judiciais	7.810	27.150	10.220	28.432
Receita financeira da alienação de imóvel	-	-	200	3.339
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº 13	-	-	14.897	46.059
Precatórios judiciais - juros e atualização monetária	615	1.524	570	2.831
Atualização monetária - PIS/COFINS sobre ICMS-ST - clientes ACL (nota explicativa nº 8)	42.531	42.531	-	-
Outras receitas financeiras - partes relacionadas - nota explicativa nº 28.1	155	298	-	-
Outras receitas financeiras	6.960	19.192	990	20.036
Subtotal	116.253	274.554	130.311	360.316
Despesas financeiras				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	(101.297)	(333.307)	(149.904)	(435.370)
Subvenções governamentais	(991)	(3.015)	(1.007)	(2.877)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(2.761)	(9.571)	(3.598)	(9.126)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (*)	3.022	9.684	5.343	20.228
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(372)	(3.537)	(101)	(9.180)
Cartas de fiança e seguros garantia	(15.105)	(38.813)	(10.173)	(30.654)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(15.146)	(39.284)	(13.178)	(28.773)
Atualização monetária - Energia livre	(2.370)	(7.722)	(3.049)	(8.673)
Atualização monetária de tributos	(45)	(68)	(13)	(127)
Atualização monetária - Indicadores DEC e FEC	(4)	(1.863)	(2.303)	(4.659)
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº 13	(32.209)	(47.770)	-	-
Outras despesas financeiras	(4.883)	(10.617)	(10.235)	(25.728)
Subtotal	(172.161)	(485.883)	(188.218)	(534.939)
Variações cambiais, líquidas				
Itaipu	12.024	5.156	(3.581)	38.585
Outras variações cambiais	(133)	(64)	43	(655)
Subtotal	11.891	5.092	(3.538)	37.930
Total do resultado financeiro	(44.017)	(206.237)	(61.445)	(136.693)

- (*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 13,7% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (17% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

27. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre:

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

Correntes	(2.616)	(941)	(2.495)	(889)
Diferidos	(34.416)	(12.389)	13.929	5.014
Total	(37.032)	(13.330)	11.434	4.125

b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:

Resultado antes dos tributos	124.623	124.623	(48.098)	(48.098)
Adições:				
Doações	179	179	56	56
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	390	390	551	551
Perdas de capital - baixa de imobilizado	17.467	17.467	3.330	3.330
Multas indedutíveis	680	680	322	322
Despesas indedutíveis	4.423	4.423	3.073	3.073
Outros	353	353	349	349
Total das adições	23.492	23.492	7.681	7.681
Base de cálculo	148.115	148.115	(40.417)	(40.417)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(37.029)	(13.330)	10.104	3.638
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(3)	-	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	-	-	1.330	487
Total da receita (despesa) com tributos	(37.032)	(13.330)	11.434	4.125

Alíquota efetiva	29,7%	10,7%	23,8%	8,6%
-------------------------	--------------	--------------	--------------	-------------

Notas Explicativas

No período de nove meses:

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

	01.01.2017 a 30.09.2017		01.01.2016 a 30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Correntes	(8.175)	(2.942)	(9.355)	(3.359)
Diferidos	(54.032)	(19.451)	1.159	417
Total	(62.207)	(22.393)	(8.196)	(2.942)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:

Resultado antes dos tributos	202.877	202.877	12.649	12.649
Adições:				
Doações	758	758	1.012	1.012
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.292	3.292	(42)	(42)
Perdas de capital - baixa de imobilizado	30.048	30.048	14.587	14.587
Multas indedutíveis	5.200	5.200	4.141	4.141
Despesas indedutíveis	5.726	5.726	4.514	4.514
Outros	915	915	1.243	1.243
Total das adições	45.939	45.939	25.455	25.455
Base de cálculo	248.816	248.816	38.104	38.104
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(62.204)	(22.393)	(9.526)	(3.429)
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(3)	-	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	-	-	1.330	487
Total da receita (despesa) com tributos	(62.207)	(22.393)	(8.196)	(2.942)
 Alíquota efetiva	 30,7%	 11,0%	 64,8%	 23,3%

28. Partes relacionadas

Desde março de 2017, a Companhia possui um Comitê de Partes Relacionadas responsável por analisar e opinar sobre a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com partes relacionadas, cujo intuito é o de zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas foram submetidos e anuídos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Notas Explicativas

28.1 Partes relacionadas:

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita		
				30.09.2017	31.12.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Aluguel ^(*) Sublocação (parte imóvel comercial)	AES Holding Brasil Ltda.	R\$ 5 - anual		-	-	1	3	2
	AES Tietê Energia S.A.	R\$ 1.198 - anual		101	27	291	890	307
	Brasliana Participações S.A.	R\$ 5 - anual	Setembro de 2012 até janeiro de 2022	1	1	1	3	2
	AES Serviços TC Ltda.	R\$ 171 - anual		20	17	33	118	49
	AES Elpa S.A.	R\$ 5 - anual		-	-	1	3	2
Comissão (Propaganda/publicidade/ venda em futura de energia)	AES Brasil Ltda.	R\$ 16 - anual	Maio de 2014 até janeiro de 2022	1	1	3	11	4
	Southern Electric Brasil Particip. Ltda	R\$ 5 - anual		-	-	1	3	1
	AES Sul S.A.	Mesmo grupo econômico até outubro de 2016	Setembro de 2012 até outubro 2016	-	-	-	-	33
Ônus de acordos bilaterais	AES Serviços TC Ltda.	De acordo com a venda do serviço	Outubro de 2014 até outubro de 2018	94	882	129	687	382
	AES Tietê Energia S.A.	Controlado comum	Abril de 2017 até janeiro 2019	6.450	-	-	7.738	-
Total outros créditos - nota explicativa nº 10:				6.667	928	-	298	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:						460	9.456	782
Total receita financeira - nota explicativa nº 26:						155	298	-
Total receita financeira - nota explicativa nº 27:								1.510

O valor total estimado de sublocação considera uma estimativa anual do aluguel, que contempla também o rateio do condomínio e IPTU do imóvel comercial.

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa			
				30.09.2017	31.12.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	
Prestação de serviços	Substituição de postes	R\$ 14.754	Janeiro de 2014 até dezembro de 2017	-	1.399	(447)	(1.286)	(1.220)	(2.703)
	Atendimento de lojas	R\$ 81.322	Agosto de 2015 até setembro de 2019	1	-	(5.970)	(17.286)	(3.320)	(14.200)
	Corte/religa	R\$ 22.000	Setembro de 2016 até abril de 2019	-	1.143	(5.946)	(14.327)	(3.077)	(8.775)
	Poda de árvores	R\$ 3.500	Julho de 2015 até julho de 2019	-	793	(549)	(266)	(1.028)	(1.028)
	Manutenção	R\$ 25.000	Março de 2015 até março de 2019	-	2.677	(4.368)	(6.351)	(710)	(990)
Energia (Leilão A-1 2015)	AES Testê Energia S.A.	Rescisão contratual (acordo bilateral) em abril de 2017		-	4.920	-	(18.511)	(14.903)	(45.426)
Doações (I)	Instituto AFS Brasil		Não aplicável	11	-	(78)	(354)	-	-
Dividendos	AES Holding Brasil Ltda.		Não aplicável	3.514	3.514	-	-	-	-
Prestação de serviços	AES Big Sky LLC	Rescisão contratual em setembro de 2016		-	-	-	-	(910)	(2.423)
	FUNCESP	R\$ 3.745.967	Até maio de 2028	3.732.917	3.777.347	(97.328)	(291.984)	(97.020)	(256.746)
Plano de previdência									

Notas Explicativas

- (i) A Companhia integra os membros associados do Instituto AES Brasil. A partir de 2017, o Instituto AES Brasil consolida a atuação social voluntária das empresas do Grupo AES Brasil visando dar maior capilaridade e impacto aos projetos já existentes, e criar novas possibilidades de impacto social. As doações efetuadas ao Instituto AES Brasil têm o objetivo de subsidiar projetos que impulsionem a inovação social, viabilizando novas soluções de energia e de geração de renda que promovam transformações positivas na vida das pessoas e das comunidades.
- (ii) A AES Tietê Energia e a Companhia assinaram, em 5 de junho de 2014, um Contrato de Cooperação Recíproca para Implantação do Projeto de Reflorestamento Ciliar, pelo prazo de 4 anos. A Companhia, em decorrência de manutenções e obras nas redes de distribuição e subtransmissão, possui Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (“TCRAs”) celebrados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) a serem cumpridos. Desta forma, a parceria se caracteriza com: (i) a AES Tietê Energia indicando os espaços disponíveis para o reflorestamento e fornecendo as mudas gratuitamente; e (ii) a Companhia sendo a responsável pela execução do projeto e manutenção da área reflorestada.

Através desta parceria já foram plantados 116,0 hectares, sendo 50,7 hectares no reservatório da Usina Hidrelétrica de Promissão e 65,3 hectares na Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº 719/2014. Por se tratar de contrato de cooperação, não há impactos financeiros a serem demonstrados como partes relacionadas.

28.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, a remuneração foi como segue:

Descrição:	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Benefícios de curto prazo (a)	1.899	6.231	2.462	7.807
Benefícios pós-emprego (b)	65	221	66	196
Outros benefícios de longo prazo (c)	106	207	71	222
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	224	-	979
Remuneração baseada em ações (d)	52	253	228	894
Total	2.122	7.136	2.827	10.098

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

Notas Explicativas

29. Seguros

Em 30 de setembro de 2017, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31-dez-2016	31-dez-2017	R\$ 3.250.000
Seguro Terrorismo	31-dez-2016	31-dez-2017	R\$ 975.000
Vida em grupo	1-jan-2017	1-jan-2018	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade Civil Geral	1-abr-2017	1-abr-2018	R\$ 40.000
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	1-abr-2017	1-abr-2018	R\$ 100.000
Riscos ambientais	1-abr-2017	1-abr-2018	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-2017	1-abr-2018	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos – RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

30.1 Instrumentos financeiros

30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	30.09.2017		31.12.2016		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	403.469	403.469	198.773	198.773	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	662.252	662.252	868.858	868.858	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.119.659	2.119.659	2.090.732	2.090.732	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	124.406	124.406	96.857	96.857	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	537.997	537.997	491.806	491.806	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	2.685.002	2.685.002	2.386.192	2.386.192	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	85.281	85.281	44.243	44.243	Empréstimos e recebíveis
Total	6.618.066	6.618.066	6.177.461	6.177.461	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	2.110.152	2.110.152	1.468.254	1.468.254	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	3.445.339	3.406.405	3.271.395	3.224.844	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	12.906	12.906	15.921	15.921	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	288.282	288.282	382.505	382.505	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.078	23.078	23.083	23.083	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial, líquido	116.211	116.211	312.902	312.902	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	5.995.968	5.957.034	5.474.060	5.427.509	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Notas Explicativas

A rubrica ativo financeiro da concessão, é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2017				31.12.2016			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo	662.252	-	662.252	-	868.858	-	868.858	-
Ativo financeiro da concessão	2.685.002	-	2.685.002	-	2.386.192	-	2.386.192	-
Total	3.347.254	-	3.347.254	-	3.255.050	-	3.255.050	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo ser informado sobre a avaliação dos riscos prioritários da Companhia bem como, em bases periódicas, discutir com a Administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados pela Administração.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área atua também, na manutenção das políticas e procedimentos internos, na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza *follow up* das deficiências de controle identificadas pela auditoria interna e externa, que afetam as demonstrações contábeis, para garantir a mitigação de todos os riscos, nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na Carta de Recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações. A área de Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação e posteriormente informa ao Conselho Fiscal o resultado dos mesmos.

Notas Explicativas

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes e Conselho Fiscal, periodicamente.

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de *Compliance* da Companhia visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo que a Companhia conduza um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. – sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(a.1) Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria, as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos passaram a ser supervisionadas pelo referido Comitê, o qual monitora a efetividade e a

Notas Explicativas

suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias.

O Comitê de auditoria tem por principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão.

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Notas Explicativas**Ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão**

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco destes créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2017 é:

	30.09.2017
Caixa e equivalentes de caixa	403.469
Investimentos de curto prazo	662.252
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.119.659
Contas a receber - acordos	124.406
Ativo financeiro da concessão	2.685.002
Total da exposição	5.994.788

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	30.09.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	719.143	788.826
Debêntures	2.649.370	2.405.847
Arrendamento financeiro	76.826	76.722
Caixa e equivalentes de caixa	(403.469)	(198.773)
Investimentos de curto prazo	(662.252)	(868.858)
Dívida líquida	2.379.618	2.203.764
Patrimônio líquido	2.813.734	2.694.812
Dívida líquida / Patrimônio líquido	84,57%	81,78%

Notas Explicativas

Do endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2017, 15,8% era de curto prazo (27,0% em 31 de dezembro de 2016) e o prazo médio era de 2,4 anos (2,3 anos em 31 de dezembro de 2016).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.110.152	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	35.977	160.094	323.169	360.662	13.932
Debêntures	148.433	412.810	709.094	2.084.491	-
Arrendamento financeiro	6.194	21.798	20.602	22.263	5.969
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	288.282	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.078	-	-	-	-
Total	2.612.116	594.702	1.052.865	2.467.416	19.901

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, CDI, SELIC e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2017.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 30 de setembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2017 é:

Notas Explicativas

	30.09.2017
Equivalentes de caixa	292.764
Investimentos de curto prazo	662.252
Empréstimos e financiamentos	(634.115)
Debêntures	(2.687.678)
Total da exposição líquida	(2.366.777)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de setembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.09.2017	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,86%	5,78%	7,71%	9,64%	11,57%
Equivalentes de caixa	CDI	292.764	11.301	16.922	22.572	28.222	33.873
Investimentos de curto prazo	CDI	662.252	25.563	38.278	51.060	63.841	76.623
Subtotal		955.016	36.864	55.200	73.632	92.063	110.496

Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.09.2017	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI / SELIC			3,86%	5,78%	7,71%	9,64%	11,57%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,12% a.a.	(14.820)	(744)	(1.032)	(1.321)	(1.611)	(1.900)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	(104.763)	(5.948)	(7.995)	(10.052)	(12.109)	(14.167)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(208.411)	(11.291)	(15.353)	(19.436)	(23.518)	(27.601)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(622.251)	(33.713)	(45.839)	(58.029)	(70.219)	(82.408)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI + 1,24% a.a.	(73.854)	(3.802)	(5.237)	(6.681)	(8.124)	(9.567)
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(204.969)	(13.979)	(18.026)	(22.095)	(26.164)	(30.232)
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(204.969)	(13.979)	(18.026)	(22.095)	(26.164)	(30.232)
Debêntures - 19ª Emissão	CDI + 2,95% a.a.	(251.536)	(17.416)	(22.388)	(27.386)	(32.384)	(37.382)
Debêntures - 20ª Emissão	120% do CDI	(728.231)	(33.949)	(50.997)	(68.242)	(85.595)	(103.057)
Debêntures - 21ª Emissão	CDI + 2,95% a.a.	(273.874)	(18.963)	(24.376)	(29.818)	(35.260)	(40.701)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	CDI + 1,50% a.a.	(181.664)	(9.842)	(13.383)	(16.941)	(20.500)	(24.059)
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I)	CDI + 3,19% a.a.	(58.789)	(4.217)	(5.382)	(6.553)	(7.723)	(8.894)
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II)	CDI + 3,19% a.a.	(43.042)	(3.087)	(3.940)	(4.797)	(5.655)	(6.512)
Notas promissórias - 3ª emissão	CDI + 2,85%	(102.892)	(7.017)	(9.049)	(11.091)	(13.134)	(15.176)
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22% a.a.	(51.471)	(4.243)	(5.273)	(6.308)	(7.343)	(8.379)
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20% a.a.	(18.986)	(1.364)	(1.740)	(2.118)	(2.496)	(2.875)
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	SELIC + 4,15% a.a.	(63.136)	(5.158)	(6.421)	(7.690)	(8.959)	(10.228)
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	SELIC + 4,15% a.a.	(19.068)	(1.558)	(1.939)	(2.322)	(2.706)	(3.089)
TJLP			3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22% a.a.	(39.658)	(3.120)	(3.843)	(4.567)	(5.290)	(6.013)
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	TJLP + 4,07% a.a.	(54.738)	(4.222)	(5.219)	(6.215)	(7.212)	(8.209)
FINEM - Subcrédito D	TJLP	(671)	(23)	(35)	(47)	(59)	(70)
Subtotal		(3.321.793)	(197.635)	(265.493)	(333.804)	(402.225)	(470.751)
Total da exposição líquida		(2.366.777)	(160.771)	(210.293)	(260.172)	(310.162)	(360.255)

Notas Explicativas

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

(b.4.3) Risco de preço

Reajuste tarifário de 2017

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 27 de junho de 2017, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2017, aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2017. A ANEEL aprovou um reajuste de +5,57% composto por reajuste econômico de +4,60% e componente financeiro de +0,97%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +4,48%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2017		
Parcela A	Encargos setoriais	-3,79%
	Energia comprada	1,07%
	Encargos de transmissão	7,11%
	Parcela A	4,39%
Parcela B		0,21%
Reajuste econômico		4,60%
CVA total		-5,59%
Outros itens financeiros de Parcela A		6,56%
Reajuste financeiro		0,97%
Reajuste total		5,57%
Componentes financeiros do processo anterior		-1,09%
Efeito para o consumidor		4,48%

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais – redução de 13,35%, representando -3,79% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de 20,82% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia comprada – aumento de 2,38%, inferior ao IPCA de 3,25%, decorre principalmente do aumento do volume de cotas de garantia física de 18%, cujo preço é mais barato do que a tarifa média de compra de energia da Companhia. O aumento do custo da compra de energia representa 1,07% no reajuste econômico; e
- Encargos de transmissão – aumento de 142,74% decorrente principalmente da indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013, representando 7,11% no reajuste econômico.

Notas Explicativas

(ii) Parcela B

A Parcela B foi reajustada em 0,98%, representando uma participação de 0,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de -0,30%, no período de 12 meses findos em junho de 2017; e
- Fator X de -1,28%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,04%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 129.460, dentre os quais destaca-se: R\$ 880.651 negativo referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 188.773, Sobrecontratação de R\$ 245.216, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$ 133.834 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 473.072.

O reajuste tarifário médio de +4,48% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Classe de consumo	Efeito médio
Alta tensão	2,37%
Baixa tensão	5,37%
Efeito médio	4,48%

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 16.7) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

Em 2014 e início de 2015, o clima severo causou ocorrências múltiplas e simultâneas que interromperam a tendência de melhoria dos indicadores de qualidade das distribuidoras, principalmente do DEC.

Notas Explicativas

Concomitantemente, o órgão regulador solicitou à 18 distribuidoras de energia elétrica, inclusive à Companhia, um Plano de Recuperação de Indicadores Operacionais, direcionando-as para a equalização da qualidade dos serviços em suas áreas de concessão. O plano de recuperação dos indicadores da Companhia foi apresentado à ANEEL em 18 de setembro de 2015 e aprovado pela Agência em 16 de dezembro de 2015. Decorrido o período de realização do plano, a Companhia destaca que atendeu 99% das ações e obras do plano de recuperação dos indicadores previstas para o plano, sendo que a única ação do plano não atendida no prazo inicial, não foi finalizada por dificuldades ambientais.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço, participará do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figura entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e ainda, no aguardo da oficialização da aprovação pela Agência.

Ao final do segundo ciclo do plano, caso a Companhia não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar as penalidades previstas na REN 63/2004, que consistem em advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

As melhorias dos indicadores de qualidade regulados demandam investimentos e custos adicionais.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2016 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Notas Explicativas

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado e (vi) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A crise econômica e o aumento da tarifa de energia a partir de 2015 levaram a uma queda de mercado significativa da Companhia. Considerando que o nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,87%, no montante de R\$ 221.917, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 92.504.

Existem dois principais fatores que vêm contribuindo para a sobrecontratação desde o início do exercício de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto 8.828, alterando o Decreto 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Outro fator que vem impactando consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não sendo útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e portanto deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSs de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou 80 acordos bilaterais e participou de 17 MCSs. Para 2017, a redução acumulada de todos os acordos bilaterais firmados foi de 585 MWm, enquanto a de MCS foi de 166,502 MWm. Em continuidade às ações mitigadoras da sobrecontratação, foi aprovada, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2017, a rescisão do contrato de compra de energia da AES Tietê Energia por meio de leilão – CCEAR (Leilão A-1 de 2015) a partir de maio de 2017. Como resultado dessas ações, a Administração da Companhia projeta que, para o exercício de 2017, o nível de sobrecontratação de energia deverá ser de 103%, abaixo do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto aos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

No Reajuste Tarifário de 2017, a ANEEL considerou o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna

Notas Explicativas

e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605 de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência, e, visando evitar ou mitigar os seus impactos adversos na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo AES no Brasil é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável, e ainda converge e estabelece as diretrizes para a atuação da empresa considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

31. Informações complementares às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	30.09.2017	30.09.2016
Compensações de PIS e COFINS	122.185	12.446
Doações de linhas e redes (Adição de ativos financeiros e intangíveis)	6.339	10.171
Aumento de capital, conforme destinação do resultado de 31.12.2016	65.857	-
20ª emissão de debêntures - Dação em pagamento da 9ª e 15ª emissões	514.104	-
Compensações CDE - nota explicativa nº 10	252.498	236.496

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30.09.2017	30.09.2016
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	273.447	293.995
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	9.684	20.228
Pagamento de juros conforme nota explicativa nº 16.6	283.131	314.223

Notas Explicativas

32. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

A Companhia possui quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física – CCGF; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 24).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 24).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 23).

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, separados em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

2 – Demanda dos consumidores

A Companhia informa a sua projeção de demanda de energia em seu mercado consumidor.

3 – Exposição da sobrecontratação de energia elétrica

A Companhia informa a sua projeção de sobrecontratação e o impacto financeiro associado a tal sobrecontratação.

4 – Programa de Produtividade

A Companhia informa a sua projeção da redução do custo operacional, excluindo fundo de pensão.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 – Demanda dos consumidores

A Companhia divulga sua projeção de demanda de energia em seu mercado consumidor para o ano de 2017, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

3 – Exposição da sobrecontratação de energia elétrica

A Companhia divulga sua projeção de sobrecontratação para os anos de 2017 e 2018, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

4 – Programa de Produtividade

A Companhia divulga suas projeções de redução de custos operacionais anuais, excluindo fundo de pensão, para os anos de 2017 e 2018, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

2 – Demanda dos consumidores

As projeções divulgadas, consideram:

- Desempenho da economia nacional e internacional;
- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Renda real do mercado consumidor da Companhia;
- Tarifa de energia aplicada na área de concessão da Companhia;

3 – Exposição da sobrecontratação de energia elétrica

A projeção do impacto financeiro da sobrecontratação de energia divulgada, considera:

- Volume de energia contratada para o ano vigente;
- Demanda de energia pelos consumidores;
- Preço médio de energia contratada pela Companhia;
- Preço médio do mercado de curto prazo (“spot” ou “PLD”);
- Limites regulatórios de repasse desse efeito para a tarifa;
- Migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

4 – Programa de Produtividade

A projeção de redução dos custos operacionais, excluindo fundo de pensão, considera:

- Redução de penalidades e devoluções associadas a melhora dos indicadores de qualidade da Companhia: Duração Média (“DEC”) e Frequência (“FEC”);
- Diagnósticos de rede.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e as obrigações regulatórias que fogem ao seu controle.

Todas as projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos diverjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 – Investimentos

Os valores projetados para o período de cinco anos (2017-2021), conforme Fato Relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017, incluído o exercício social corrente encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos estimados*	2017	2018	2019	2020	2021	Ciclo: 2017-2021
Recursos próprios	841,3	649,2	680,0	671,1	700,5	3.542,1
Financiado pelo cliente	100,7	82,9	79,5	80,9	84,2	428,2
Total	942,0	732,1	759,5	752,0	784,7	3.970,3

* termos nominais

2 – Demanda dos consumidores

A Companhia projeta um crescimento médio de demanda total de energia por seus consumidores entre 0,5% e 0,9% para o exercício de 2017 em relação a 2016.

3 – Exposição sobrecontratação

A Companhia projeta para 2017 um nível de contratação de energia de 103,0%, refletindo: (i) contratação compulsória de energia no leilão “A-1” 2015, (ii) migração de clientes cativos para o mercado livre em 2017 e (iii) expectativa de crescimento da demanda de energia em seu mercado total para 2017, na faixa de 0,5% a 0,9%, quando comparada a 2016.

Para 2018 a Companhia projeta um nível de contratação de energia de 102,5%, sem impacto em seu resultado.

4 – Programa de Produtividade

A Companhia projeta uma redução de R\$ 200 milhões em seus custos operacionais para 2017 e R\$ 150 milhões para 2018. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão.

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão:

Atualização 3T17

1 – Investimentos

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado no item “d”.

2 – Demanda dos consumidores

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores, na faixa de 0,5% a 0,9% para o ano de 2017, conforme apresentado no item “d” e detalhado a seguir:

Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor	Estimativa divulgada no 4T16 para 2017	Estimativa divulgada no 1T17 para 2017	Estimativa divulgada no 2T17 para 2017	Estimativa divulgada no 3T17 para 2017
Base consumo de 2017 vs. 2016	0,8% a 1,2%	0,8% a 1,2%	0,6% a 1,0%	0,5% a 0,9%

3 – Exposição sobrecontratação

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado da exposição da sobrecontratação para o ano de 2017 e 2018, conforme apresentado no item “d” e detalhado a seguir:

Exposição Sobrecontratação (2017)	Estimativa divulgada no 4T16 para 2017	Estimativa divulgada no 1T17 para 2017	Estimativa divulgada no 2T17 para 2017	Estimativa divulgada no 3T17 para 2017
Sobrecontratação (%)	111,3%	105,9%	104,2%	103,0%
Impacto EBITDA exposição voluntária	0	0	0	0
Efeito Financeiro da Sobrecontratação total – acima dos 105%	Imaterial	Efeito positivo de R\$ 45 milhões	n/a	n/a

Exposição Sobrecontratação (2018)	Estimativa divulgada no 1T17 para 2018	Estimativa divulgada no 2T17 para 2018	Estimativa divulgada no 3T17 para 2018
Sobrecontratação (%)	107,3%	105,1%	102,5%
Impacto EBITDA exposição voluntária	0	0	0
Efeito Financeiro da Sobrecontratação total – acima dos 105%	Efeito negativo de R\$ 21 milhões	Imaterial	n/a

4 – Programa de Produtividade

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2017 e 2018. A Companhia informa que no terceiro trimestre reduziu suas despesas operacionais em R\$ 101,3 milhões, acima do valor projetado inicialmente de R\$ 80 milhões para o período. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão.

Atualização 2T17

1 – Investimentos

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado no

item “d”.

2 – Demanda dos consumidores

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores, na faixa de 0,6% a 1,0% para o ano de 2017, conforme detalhado a seguir:

Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor	Estimativa divulgada no 4T16 para 2017	Estimativa divulgada no 1T17 para 2017	Estimativa divulgada no 2T17 para 2017
Base consumo de 2017 vs. 2016	0,8% a 1,2%	0,8% a 1,2%	0,6% a 1,0%

3 – Exposição sobrecontratação

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado da exposição da sobrecontratação para o ano de 2017 e 2018, conforme detalhado a seguir:

Exposição Sobrecontratação (2017)	Estimativa divulgada no 4T16 para 2017	Estimativa divulgada no 1T17 para 2017	Estimativa divulgada no 2T17 para 2017
Sobrecontratação (%)	111,3%	105,9%	104,2%
Impacto EBITDA exposição voluntária	0	0	0
Efeito Financeiro da Sobrecontratação total – acima dos 105%	Imaterial	Efeito positivo de R\$ 45 milhões	n/a

Exposição Sobrecontratação (2018)	Estimativa divulgada no 1T17 para 2018	Estimativa divulgada no 2T17 para 2018
Sobrecontratação (%)	107,3%	105,1%
Impacto EBITDA exposição voluntária	0	0
Efeito Financeiro da Sobrecontratação total – acima dos 105%	Efeito negativo de R\$ 21 milhões	Imaterial

4 – Programa de Produtividade

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2017 e 2018, conforme apresentado no item “d”, incluindo apenas o valor projetado para o terceiro trimestre de 2017, de R\$ 80 milhões. A Companhia informa que no segundo trimestre reduziu suas despesas operacionais em R\$ 77 milhões, acima do valor projetado inicialmente de R\$ 70 milhões para o período. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão.

Atualização 1T17

1 – Investimentos

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado no item “d”.

2 – Demanda dos consumidores

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores, mantendo 0,8% e 1,2% para o exercício de 2017 em relação a 2016.

3 – Exposição sobrecontratação

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor da exposição da sobrecontratação para o ano de 2017 e apresentou projeções para o ano de 2018, conforme detalhado a seguir:

Exposição Sobrecontratação (2017)	Estimativa divulgada no 4T16 para 2017	Estimativa divulgada no 1T17 para 2017
Sobrecontratação (%)	111,3%	105,9%
Impacto EBITDA exposição voluntária	0	0
Efeito Financeiro da Sobrecontratação total – acima dos 105%	Imaterial	Efeito positivo de R\$ 45 milhões

Exposição Sobrecontratação (2018)	Estimativa divulgada no 1T17 para 2018
Sobrecontratação (%)	107,3%
Impacto EBITDA exposição voluntária	0
Efeito Financeiro da Sobrecontratação total – acima dos 105%	Efeito negativo de R\$ 21 milhões

4 – Programa de Produtividade

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2017 e 2018, conforme apresentado no item “d”, apenas incluiu o detalhamento do valor previsto para 2017 entre o segundo trimestre (R\$ 70 milhões) e o valor remanescente para o segundo semestre do ano.

Nota

i. As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC- 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Diretores:

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Diretores:

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores